

A photograph of two young women with glasses looking intently at a document on a table. The woman on the left has her hand to her face, and the woman on the right is pointing at the document. The background is a plain wall with some faint lines.

**MAIS DEMOCRACIA
NAS ESCOLAS!**

sp*in*formação

72

MANIFESTO pela democracia nas escolas

21 personalidades das áreas da educação, cultura e política publicaram um manifesto sobre a gestão das escolas (Público, 13.12.2016). O documento vai ser debatido no dia 14 de janeiro, na Escola Secundária Rainha D. Leonor (Lisboa).

“Este ano comemoramos quarenta anos da aprovação da Constituição da República Portuguesa e trinta anos da Lei de Bases do Sistema Educativo, documentos estruturantes da nossa Democracia.

Com o 25 de Abril, em todo o território nacional, as escolas foram, com dinâmicas e especificidades várias, um dos espaços onde de forma mais expressiva e alargada se aprendeu e viveu a experiência da participação democrática. Esse caminho de aprendizagem envolveu todos os actores – docentes, alunos, pais e encarregados de educação, funcionários, cidadãs e cidadãos empenhados – e teve os seus momentos altos, oscilações e também desencantos.

Depois de uma inovadora e inédita experiência de autogestão, o modelo de gestão democrática das escolas foi adquirindo maturidade, designadamente através da eleição dos Conselhos Directivos e do envolvimento dos diferentes actores educativos.

Apesar dos princípios consagrados na Lei de Bases do Sistema Educativo, assistimos a uma crescente desvalorização da cultura democrática nas escolas e à anulação da participação colectiva dos professores, dos alunos e da comunidade educativa. Verifica-se, pelo contrário, uma tendência para a sobrevalorização da figura do(a) director(a) de escola ou de agrupamento de escolas, sendo, ao mesmo tempo, subalterizado o papel de todos os outros órgãos pedagógicos e desencorajada a participação de outros elementos da comunidade escolar. Esta situação é igualmente reveladora da erosão da identidade de cada escola quando esmagada pelo peso da estrutura de direcção unipessoal de governo dos agrupamentos. Quatro décadas passadas, vale a pena continuar a lutar pela Escola Pública enquanto lugar de aprendizagem para todas e todos e paradigma de construção de uma cidadania democrática. A democracia é o pulmão do nosso Estado de Direito, não deve ser apenas ensinada pelos manuais, mas exercida e vivida em cada espaço coletivo, a começar pelo trabalho quotidiano das turmas de cada escola.

Quanto mais democrática, participativa e inclusiva for a Escola, melhor será o futuro da democracia. Neste sentido, lançamos um apelo para um amplo debate por um modelo de direcção e gestão alternativo, condição de uma Escola Pública com qualidade democrática, científica e pedagógica, capaz de compatibilizar os desafios da aprendizagem para todos e todas com práticas inovadoras de cidadania crítica e emancipatória.”

Almerindo Janela Afonso (Universidade do Minho. Membro do CNE), **Ana Benavente** (Socióloga, ex-Secretária de Estado da Educação), **António Teodoro** (Universidade Lusófona), **David Rodrigues** (Pró-Inclusão - Associação Nacional de Docentes de Educação Especial. Membro do CNE), **Fátima Antunes** (Universidade do Minho), **Jacinto Lucas Pires** (Escritor), **Joana Mortágua** (Deputada), **Licínio Lima** (Universidade do Minho), **Lurdes Figueiral** (Associação de Professores de Matemática), **Manuel Sarmiento** (Universidade do Minho), **Maria Emília Brederode dos Santos** (Pedagoga. Membro do CNE) e **Sérgio Niza** (Movimento Escola Moderna. Membro do CNE), são alguns dos subscritores.

spinformação

Diretora Manuela Mendonça • **Editor** António Baldaia

Conselho de Redação Abel Macedo, Henrique Borges, José Manuel Costa, Rogério Ribeiro, Teresa Medina

Colaborador Permanente José Paulo Oliveira

Design Gráfico Ana Alvim • **Capa/design da imagem** Ana Alvim • **Fotografia** Henrique Borges • **Impressão** Multiponto, S.A.

Propriedade Sindicato dos Professores do Norte (SPN) • **Redação e Administração** Rua D. Manuel II, 51/C - 3º - 4050-345 Porto • Tel.: 226 070 500 • Fax: 226 070 595/6

E-mail spninfo@spn.pt • **Site** <http://www.spn.pt>

Tiragem média 15.000 exemplares • **Registo no ICS** 109963 • **Depósito legal n°** 238855/06 • **Distribuição gratuita aos sócios do SPN**

→ Os artigos assinados não refletem, necessariamente, as opiniões e os critérios da Direcção do SPN.

[editorial]

FAZER A HORA



Manuela Mendonça
Coordenadora do SPN

2017 perspectiva-se ensombrado por muitas dúvidas. Aos problemas que se arrastam à escala global, junta-se agora a incerteza decorrente da entrada em funções da nova administração norte-americana e, na Europa, preocupações com a evolução da União Europeia e do euro, das taxas de juro e das políticas do Banco Central Europeu – questões que condicionarão fortemente o nosso futuro sem que tenhamos forma de as influenciar.

No plano interno, espera-se que 2017 seja um ano de aprofundamento e consolidação do novo ciclo político. A reversão de decisões do anterior governo é positiva, mas insuficiente. Na área da educação, o Sindicato dos Professores do Norte saudou várias medidas tomadas pelo atual governo e pela maioria parlamentar que o sustenta, nomeadamente o fim dos exames nos 4º e 6º anos de escolaridade, da prova de avaliação de conhecimentos e capacidades (PACC) e das bolsas de contratação de escola (BCE), assim como o corte no financiamento do ensino privado em áreas onde existe oferta pública – talvez a mais emblemática de todas as decisões, pelo que representa de rutura com a ‘Reforma do Estado’ de Passos Coelho e Paulo Portas.

Mas a valorização do que foi conseguido não ilude o muito que está por fazer. E, tendo presentes os três grandes objetivos reivindicativos que elegemos para esta legislatura – mais dinheiro para a educação, mais democracia para as escolas, mais respeito pelos professores –, importa reafirmar que só uma forte mobilização e ação coletiva dos professores poderá obrigar o governo a assumir compromissos nestas três áreas, ainda que, nas que têm maior impacto orçamental, as soluções possam ser graduais e faseadas. Não podemos conformar-nos com as limitações do Orçamento do Estado para 2017, não só dececionante como contraditório com a mensagem de Natal do primeiro-ministro, que define a aposta na educação, na formação e no conhecimento como prioridade para 2017.

A gestão democrática das escolas é matéria em destaque nesta revista. Em janeiro arranca uma campanha da Federação Nacional dos Professores (Fenprof) que integra uma consulta aos professores (30 de janeiro a 3 de fevereiro) sobre o atual regime de autonomia e gestão e o(s) sentido(s) a dar à sua revisão.

A Fenprof defende há muito o estabelecimento de uma matriz que consagre grandes linhas de força para a organização escolar (elegibilidade dos órgãos, colegialidade do seu funcionamento e participação dos representantes da comunidade escolar na tomada de decisão), com margens de liberdade significativas, que possibilitem a implementação das soluções mais ajustadas ao exercício da autonomia legítima que cabe às escolas. As respostas ao referido inquérito permitirão confirmar ou corrigir as posições da Fenprof nesta área, constituindo as propostas-base a apresentar ao governo e à Assembleia da República, onde já se encontra um projeto de lei sobre a matéria.

A participação dos professores neste processo é fundamental e será decisiva. Sabemos que não basta ter boas propostas. É preciso defendê-las. E este é o momento. Hoje são mais claras as implicações negativas do regime em vigor, não apenas no plano educativo e formativo (como dizia Dewey, educa-se para a democracia pela democracia), mas também nas condições de exercício da profissão docente e no desgaste acrescido que têm vindo a provocar. O contexto parlamentar que hoje existe pode representar uma oportunidade, talvez única, para conseguir alterações nesta área. Mas isso só acontecerá se soubermos aproveitá-la, assumindo sem hesitações ou tibiezas um combate que também é nosso.

Um bom ano para todos!



REVISÃO DO REGIME DE CONCURSOS E VINCULAÇÃO DE DOCENTES

Aquando do fecho desta edição, Ministério da Educação (ME) e Federação Nacional dos Professores (Fenprof) estavam ainda envolvidos no processo negocial relativo à revisão do regime de concursos e vinculação de docentes, pelo que, não sendo conhecido o resultado final do processo, a Fenprof não tem condições para uma avaliação definitiva.

O processo iniciou-se com atraso de pelo menos um mês face ao antes anunciado pelo ME (outubro de 2016), com a realização de uma primeira reunião ME/Fenprof no dia 30 de novembro, na qual apenas foi possível estabelecer o calendário das restantes etapas da negociação, não tendo sido viável qualquer avanço, uma vez que só já na reunião o ME deu a conhecer à Fenprof as suas propostas: uma de alteração ao decreto-lei 132/2012 (regulamentação dos concursos) e outra de vinculação extraordinária de docentes, em 2017, a regular por portaria específica.

Depois da apresentação inicial de propostas, Fenprof e ME reuniram por três vezes, tendo o ME apresentado, escassos dias antes da reunião de 22 de dezembro, uma segunda versão da proposta de alteração ao DL132/2012, para no dia 30 apresentar uma terceira versão, assim como uma segunda versão da portaria que prevê a vinculação extraordinária de docentes.

Na alteração ao regime de concursos, foi ainda relativamente escassa a evolução registada face a uma proposta inicial francamente negativa. Quanto à vinculação extraordinária de docentes – a primeira versão propunha um conjunto de condições de tal modo exigentes que a Fenprof contabilizava poderem ser abrangidos apenas entre 57 e 100 docentes –, o ME apenas reduziu de 20 para 12 anos a condição relativa ao tempo de serviço, mantendo, de forma absurda, a exigência de todo o tempo ter sido prestado com habilitação profissional e ainda da celebração de pelo menos cinco contratos a termo resolutivo, no mesmo grupo de recrutamento, nos últimos seis anos, celebrados em estabelecimentos públicos (um por ano). Reconhecendo-se, é certo, que 12 anos de serviço já pode ser considerado um razoável ponto de partida para a adoção de uma solução de combate à enorme precariedade que tem caracterizado a profissão nos últimos anos, a verdade é que a ausência de propostas de novos momentos de vinculação nos próximos anos, necessariamente com condições bastante mais abrangentes, assim como a manutenção das condições adicionais referidas no final do parágrafo anterior, tornam esta proposta ainda absolutamente inaceitável pela Fenprof e pelos professores.

Muito mal irão a Educação e a profissão docente se é assim que o ME entende o combate à precariedade previsto no programa do Governo e recentemente reafirmada pelo primeiro-ministro... António Costa afirmou, na Assembleia da República (07.12.2016), que para uma necessidade permanente terá de haver uma resposta permanente, a dar por um trabalhador permanente e não em situação de precariedade.

No ponto atual da negociação são, pois, muitos os motivos para a insatisfação da Fenprof e dos educadores e professores, quer no que respeita à alteração ao regime de concursos, quer às condições para vinculação extraordinária, quer ainda quanto a outras matérias que, não sendo parte do diploma que regula os concursos, estão com eles relacionados.

De uma forma sintética, apresentamos na tabela das páginas seguintes as principais divergências entre as propostas do ME e da Fenprof.

Outras matérias para negociar. Há ainda outros aspetos sobre os quais a Fenprof apresentou propostas, ainda que não se enquadrem na revisão da legislação de concursos, mas devendo ter expressão noutros normativos legais. São exemplos: a reorganização dos quadros de zona pedagógica; a definição clara dos conteúdos das componentes letiva e não letiva dos horários dos docentes; a criação de novos grupos de recrutamento; a regulamentação do regime de permutas, que o ME retira do diploma regulamentador dos concursos; a criação de incentivos a fixação de docentes em zonas isoladas... Para estas matérias, a Fenprof tem propostas que pretende incluir na ata final do processo negocial em curso.

Do atrás exposto, resulta claro para a Fenprof, como decerto para a generalidade dos docentes, que muito há ainda a mudar por parte do ME até se chegar a um regime que seja verdadeiramente justo e promova a estabilidade, quer de docentes, quer de escolas e agrupamentos. Esperamos, contudo, que a abertura que a comissão negociadora do ME mostrou nas reuniões realizadas se concretize e possa alastrar a outras matérias, permitindo acolher ainda parte significativa das propostas apresentadas pela Fenprof.

REGIME DE CONCURSOS E VINCULAÇÃO:



Periodicidade

ME mantém concurso interno (transferência de quadro) apenas de 4 em 4 anos.

Fenprof propõe concurso anual, para garantir que docentes dos quadros se possam candidatar a todas as vagas disponibilizadas no concurso externo (anual), evitando situações de ultrapassagem que vêm ocorrendo desde 2014.

Apesar desta proposta, a Fenprof manifestou abertura para discutir outras soluções.

Prioridades

ME propõe diferentes prioridades para docentes de QA/QE e QZP.

Fenprof não compreende nem aceita a discriminação dos docentes de QZP e defende uma única prioridade, no caso do concurso interno. Na mobilidade interna justificam-se duas prioridades, devendo ser incluídos na 1ª apenas os docentes de QA/QE sem componente letiva com duração mínima de 6 horas; na 1ª prioridade ficariam ainda os docentes de carreira (QA/QE ou QZP) que, em anos intermédios (sem concurso interno), ficassem sem componente letiva (mínimo de 6 horas) nas escolas de colocação plurianual.

Área geográfica dos QZP

ME não apresentou qualquer proposta, mantendo o que está em vigor

Fenprof propõe redução da área geográfica, evitando que um docente, mesmo pertencendo a um quadro, possa ser obrigado a grandes deslocações (muitas vezes além dos 60 Km, máximo previsto na lei geral para mobilidade compulsiva).

Horário-Zero

ME propõe aumento de 6 para 8 horas letivas para garantir continuidade na escola, impedimento de candidatura, em mobilidade interna, a um 2º grupo de recrutamento para o qual tenha habilitação profissional e supressão do direito de os docentes compulsivamente deslocados retornarem à escola de origem quando voltar a haver horário.

Fenprof propõe manutenção das 6 horas, da possibilidade de candidatura a mais do que um grupo de recrutamento (aumentando as possibilidades de colocação) e da possibilidade de regresso à escola de origem dos docentes deslocados contra vontade.

Abertura de vagas de QE/QA

ME não apresenta qualquer proposta.

Fenprof propõe que sempre que, num determinado grupo de recrutamento, um agrupamento de escolas/escola não agrupada recorra, por um período de três anos consecutivos, a um número de docentes que exceda o que está fixado para a respetiva dotação de quadros, deverá ter lugar a abertura de vagas em número correspondente a esse excedente.

Vinculação extraordinária

ME propõe vinculação, em 01.09.2017, para docentes com 12 ou mais anos de serviço prestado como profissionalizado.

Fenprof propõe três momentos de vinculação, em vez de apenas um:

- em 01.09.2017, para docentes com 15 ou mais anos de serviço;
- em 01.09.2018, para docentes com 10 ou mais anos de serviço;
- em 01.09.2019, para docentes com 5 ou mais anos de serviço.

PROPOSTAS DO ME E DA FENPROF



Norma-travão

ME propõe redução de 5 para 4 anos.

A norma em causa não se aplica aos técnicos especializados ou aos docentes do Ensino Artístico da Música e da Dança.

Fenprof propõe 3 anos de serviço obtidos de forma sucessiva e em horário completo, sendo, para este efeito, considerado completo o horário a partir de 20 horas letivas.

Relativamente ao conceito de “sucessividade”, deverão ser considerados como sucessivos os contratos que possam ter sido celebrados após interrupções, mas antes de decorrer um período de tempo igual a um terço da duração do contrato anterior, incluindo renovações.

Defende, igualmente, a aplicação universal da norma aos técnicos especializados e aos docentes do Ensino Artístico da Música e da Dança.

2ª prioridade

Última proposta do ME é de 365 dias de serviço, apenas em estabelecimentos públicos do Continente, nos últimos 4 anos, em vez dos 6 anos atualmente em vigor.

Fenprof concorda com a priorização dos docentes com tempo de serviço prestado no ensino público, uma vez que se trata de tempo de serviço prestado para o mesmo empregador (ME), mas discorda da redução do número de anos para obter o requisito, propondo a manutenção dos 6 anos, incluindo o ano escolar em que se realiza o concurso.

Horário anual

ME não apresentou qualquer proposta, mantendo o que está em vigor.

Fenprof defende o alargamento do conceito aos que correspondam a colocações efetuadas até final do 1º período, com termo a 31 de agosto.

Renovação de contratos

ME pretende manter esta possibilidade, apenas a afastando em ano de realização de concurso interno.

Fenprof propõe a sua eliminação total, por se tratar de uma possibilidade cuja concretização depende apenas da sorte, distorcendo a graduação profissional.

Intervalos de horários

ME não apresentou qualquer proposta, mantendo o que está em vigor.

Fenprof defende aumento do número de intervalos horários a partir das 6 horas (em vez de 8) e que sejam considerados completos os horários com o mínimo de 20 horas.

Desistência de preferências

ME pretende manter impossibilidade de o fazer na fase de reclamação.

Fenprof defende a introdução desta possibilidade, que até já existiu até 2013, curiosamente vigorando então o mesmo texto legal.

Vencimento de contratados

Tabela indiciária em vigor discrimina os docentes contratados face aos colegas dos quadros com o mesmo tempo de serviço e idênticas habilitações.

Discrimina ainda os indevidamente designados ‘técnicos especializados’, quando estes, na realidade, prestam funções docentes.

Fenprof propõe que, no cumprimento da Diretiva 1999/70/CE (neste caso em matéria de não discriminação dos trabalhadores em função da natureza do vínculo contratual que com eles esteja estabelecido), o ME pague aos docentes contratados pelo mesmo índice de vencimento que for devido a docente dos quadros com idêntico tempo de serviço.

UMA ESCOLA VERDADEIRAMENTE INCLUSIVA EXIGE MAIS...

A luta pela construção de uma escola inclusiva, cujos princípios assentem numa verdadeira igualdade de oportunidade para todos/as, é uma luta dos/as professores/as, das escolas, das comunidades educativas, dos sindicatos, das instituições que defendem a inclusão! E esta luta tem de ser constante e exigente, junto do poder, para que qualquer medida de política educativa tenha sempre em conta a diversidade das nossas crianças e jovens.



Prosseguindo o trabalho que tem vindo a desenvolver neste âmbito, a Federação Nacional dos Professores (Fenprof) realizou várias iniciativas, durante o mês de dezembro, nas regiões abrangidas pelos seus sindicatos, nomeadamente durante a Semana da Inclusão, que decorreu de 3 a 9 de dezembro. Neste contexto, uma ação promovida pelo Sindicato dos Professores do Norte (SPN), dirigida à comunidade em geral, foi realizada em Braga e subordinada ao tema *Inclusão: Uma Questão de Direitos Humanos*, contando com a presença dos professores Ana Serrano e Miranda Correia (Universidade do Minho), do secretário-geral da Fenprof (Mário Nogueira) e da encarregada de educação de um jovem com espectro de autismo, o que permitiu um debate sobre a inclusão das crianças e jovens na escola e na sociedade.

No âmbito desta iniciativa, foi realizada uma visita aos agrupamentos de Escolas de Maximinos, Carlos Amarante e D. Maria II, em Braga, que permitiu conhecer as respetivas unidades de apoio especializado, cuja experiência revela um esforço quotidiano para que a inclusão seja uma prática permanente. Foi possível dialogar com docentes, direção, técnicos, assistentes operacionais e alunos/as que interagem nos mesmos espaços educativos dos seus pares.

Escola Inclusiva. A inclusão é um dos grandes desafios que se coloca à Escola Pública no século XXI, pelo que é fundamental dotar a escola dos recursos necessários para a promoção de uma verdadeira 'escola inclusiva'.

Num tempo em que o discurso político aponta a inclusão plena como uma prioridade, e no momento em que se pretende revogar o Decreto-Lei nº 3/2008, de 7 de janeiro, é fundamental que se introduzam meios que terminem com os constrangimentos que hoje existem nas escolas, nomeadamente a falta de recursos humanos. O desafio é grande e implica mudanças de atitude e de comportamento face à diferença, não só nos estabelecimentos de ensino, como na sociedade em geral. Foi também esse objetivo, de sensibilização dos poderes políticos e das várias comunidades educativas, que esteve sempre presente nas iniciativas realizadas pelo SPN e pela Fenprof – que continuarão a sua luta pela construção de uma escola onde caibam todos/as, uma escola verdadeiramente inclusiva.

EDUCADORES E PROFESSORES EXIGEM “MUDANÇAS EFETIVAS”



"Aposentação, vinculação, horários de trabalho, carreiras e gestão democrática são exigências prioritárias a que o ME se escusa, mas por que os professores lutarão" – destaque da resolução *Professores Exigem Mudanças Efetivas*, aprovada no encontro nacional de docentes em representação das escolas e agrupamentos dos diferentes setores de educação e ensino, realizado no dia 7 de dezembro. A iniciativa, que reuniu centenas de participantes, serviu, essencialmente, para fazer a avaliação de um ano de governo na educação, analisando os aspetos mais salientes da ação desenvolvida pela equipa liderada por Tiago Brandão Rodrigues. No quadro da intervenção sindical, definiram-se as prioridades para a ação reivindicativa:

- criação de um regime especial de aposentação que trave o preocupante envelhecimento da profissão docente e promova o seu indispensável rejuvenescimento geracional;
- vinculação dos milhares de docentes que, há muitos anos, são vítimas de precariedade;
- reorganização dos horários de trabalho, de forma a combater eficazmente o acelerado desgaste a que estão sujeitos os docentes;
- descongelamento das carreiras, com a resolução das inúmeras ilegalidades que persistem e a recuperação do tempo de serviço;
- devolução às escolas de um regime de gestão democrática, fundamental à sua afirmação enquanto espaço pedagógico.

No que toca ao processo negocial em curso com vista à revisão da legislação de quadros e concursos, os presentes consensualizaram uma tomada de posição sobre a matéria, para posterior entrega. Um parecer crítico "face ao caráter muito negativo deste projeto", lê-se na tomada de posição aprovada, em que "os professores exigem do ME uma profunda alteração do seu conteúdo, de forma a que sejam salvaguardados direitos, correspondidas expectativas legitimamente constituídas e respeitados compromissos assumidos".

No final, os participantes dirigiram-se ao ME, onde entregaram os documentos aprovados e um abaixo-assinado intitulado "Respeitar os docentes, melhorar as suas condições de trabalho e valorizar o seu estatuto de carreira".

APOSENTADOS EM 2015 E 2016: REVALORIZAÇÃO DAS PENSÕES ANUAIS

A formação das pensões de aposentação, velhice e invalidez tem por base os rendimentos de trabalho, revalorizados anualmente, tendo em conta a evolução da inflação. No entanto, em 2015 e 2016, todas as pensões foram formadas com os valores de correção de 2014, porque a portaria que lhes deveria dizer respeito só foi publicada em 07.outubro.2016. Assim, todos os aposentados têm direito a retroativos desde o dia da sua aposentação (data do envio pela Caixa Geral de Aposentações), quer nas verbas pagas pela CGA, quer nas que receberam das escolas depois de aposentados. Sabemos que a CGA deve fazer as correções necessárias, mas achamos

melhor que os interessados (aposentados de 2015 e 2016) enviem requerimento ao Diretor da Caixa Geral de Aposentações (Av. 5 de Outubro, 175 | Apartado 1194 | 1054-001 Lisboa), com a respetiva identificação pessoal, residência e indicação do nº de subscritor da CGA e o seguinte teor: "tendo sido aposentado/a com efeitos a [indicar data], vem requerer a Vª Exª se digne mandar alterar o valor da sua aposentação, no sentido de serem aplicados os coeficientes de revalorização das remunerações anuais (cálculo das parcelas P1 e P2) previstos nos anexos I e II da Portaria nº 261/2016, de 7 de outubro. Pede deferimento" – datar e assinar como requerente.

SÓ NUMA ESCOLA DEMOCRÁTICA SE APRENDE A DEMOCRACIA E A CIDADANIA

“As concepções de gestão escolar reflectem diferentes posições políticas e concepções do papel da escola na sociedade. Portanto, o modo como uma escola se organiza e se estrutura tem um carácter pedagógico, ou seja, depende de objectivos mais amplos sobre a relação da escola com a conservação ou a transformação social. A concepção técnico-científica, por exemplo, valoriza o poder e a autoridade, exercidos unilateralmente. Ressalta relações de subordinação e rígidas determinações de funções e, ao supervalorizar a racionalização do trabalho em nome da eficiência e da produtividade, tende a retirar ou, pelo menos, diminuir nas pessoas a faculdade de pensar e decidir sobre seu trabalho. (...) Por sua vez, as outras três concepções têm, em comum, uma visão de gestão que se opõe a qualquer forma de dominação e subordinação das pessoas e consideram essencial levar em conta os aspectos sociais, políticos e ideológicos, a construção de relações sociais mais humanas e justas, a valorização do trabalho colectivo e participativo.”

José Carlos Libâneo
«Organização e Gestão da Escola», 2013





O regime de gestão escolar não é um sistema meramente técnico e pedagogicamente neutro. A forma como o poder se organiza nas escolas reflete as finalidades sociais e políticas que se atribuem à educação e determina as condições, relações e ambiente de trabalho que se pretende desenvolver. Assim se explica que, desde o 25 de Abril até à atualidade, o regime de gestão escolar tenha sido objeto de muitas intervenções e alterações, na justa medida das variações que foram acontecendo na conjuntura política.

Nos meses de brasa da revolução, a democracia direta invadiu as escolas, gerando-se espontaneamente um sistema quase autogestionário, baseado em comissões de gestão completamente dependentes de plenários deliberativos. Mas logo no primeiro governo constitucional, o ministro Sottomayor Cardia iniciou um processo de “normalização democrática” das escolas (um eufemismo para esconder a intenção de tornar a democracia cada vez mais indireta), que atingiu o auge em 2008, também pela mão de uma ministra de um governo do PS.

No dia 22 de abril de 2008, o governo de que fazia parte a inesquecível ministra que se gabava de ter perdido os professores, mas ter ganhado a opinião pública (e que tinha como objetivo confessado quebrar a espinha da Fenprof), contrariando de forma prepotente os pareceres das organizações representativas dos professores, dos mais reputados especialistas em administração escolar e do próprio Conselho Nacional da Educação, impôs à baioneta um regime de gestão de inspiração empresarial (um líder, uma equipa, um projeto), pondo fim ao que restava da organização democrática das escolas. Esta medida, que foi habilidosamente apresentada com o melhor reportório da retórica socrática (liderança forte, reforço da autonomia, abertura à comunidade), constitui uma peça central na estratégia de domesticação e funcionarização dos professores. Quase nove anos depois, os resultados são, nem mais nem menos, os que já estavam previstos: criação de uma cadeia de comando encabeçada por um capataz do ministério; composição monolítica do conselho pedagógico e menorização do seu papel; reforço das lógicas partidárias e dos caciquismos locais; substituição do trabalho colaborativo pelo trabalho competitivo; aumento do autoritarismo, da prepotência

e da arbitrariedade e, na mesma proporção, da subserviência, do conformismo e da bajulação.

Consulta aos professores. Chegou a hora de reverter esta situação.

Alterar este regime e acabar com as suas nefastas consequências é a principal prioridade da ação sindical para este ano letivo. Seria incompreensível não encarar a atual conjuntura política como uma oportunidade para forçar esta medida de tão grande alcance e que, ainda por cima, não pode ser acusada de custar dinheiro.

A concretização deste objetivo passa, em primeiro lugar, pela criação em todas as escolas de um forte movimento em torno desta questão. É nesse sentido que a Fenprof vai realizar uma semana de consulta aos professores (30 de janeiro a 3 de fevereiro), através de um pequeno inquérito destinado a auscultar a sua opinião sobre os principais aspetos do atual regime de gestão.

Nas duas semanas anteriores proceder-se-á a uma mais forte divulgação e mobilização para esta iniciativa, colocando um cartaz em todas as escolas, enviando uma carta a todos os professores e criando uma rede de dinamizadores que garantam a tarefa de distribuir, recolher e apurar o resultado dos inquéritos, assumindo a preocupação de que ele seja respondido pelo maior número possível de colegas. O sucesso desta iniciativa depende do voluntarismo, da eficácia e da dimensão desta rede de dinamizadores.

Terminada a consulta, seguir-se-á a divulgação e discussão dos resultados do inquérito, comparando-os com as propostas da Fenprof, em reuniões a realizar em todos os agrupamentos e escolas não agrupadas. Através destas iniciativas poderemos medir a disponibilidade dos professores para ações de maior fôlego, tais como uma conferência nacional, uma campanha semelhante à que fizemos contra os contratos de associação, uma petição para ser levada à Assembleia da República, um boicote às eleições para os conselhos gerais e outras iniciativas e formas de luta que deem visibilidade às nossas propostas e pressionem o governo a alterar o atual regime. O desfecho desta luta dependerá, como sempre, da quantidade e determinação dos professores que estiverem dispostos a dar a cara neste combate.

GESTÃO DAS ESCOLAS: É URGENTE MUDAR, É URGENTE RETROCEDER



A gestão das escolas é um dos três vetores da ação reivindicativa da Fenprof e dos seus sindicatos para o tempo da atual legislatura. Já em janeiro, tem início uma campanha pelo regresso de um modelo democrático de gestão, que arranca com uma consulta aos professores e se prolonga durante o ano. No sentido de alimentar o debate sobre um tema essencial para o bom funcionamento das escolas, Davide Castro Dias revisita, nas páginas seguintes, o percurso que trouxe a organização escolar da esfera da experiência democrática à realidade atual do que designa por “fulanocracia”. Dirigente do SPN, e com larga experiência de direção em escolas, DCD acompanhou com especial proximidade o fim da ‘gestão democrática’ e a transição para os modelos seguintes.

DA GESTÃO DEMOCRÁTICA AO ATUAL MODELO DE GESTÃO

Para uma análise fundamentada, temos de abordar o tema sob um ponto de vista histórico. Quem tiver interesse sobre o assunto e tempo para rever/reler princípios a ele ligados, não pode esquecer o decreto-lei 769-A/76 (a base da democracia na gestão escolar), as portarias 677/77 e 970/80, os decretos-lei 357/88 e 43/89 – base da autonomia escolar, neste caso com um ministro totalmente (in) suspeito, Roberto Carneiro – e ainda o despacho 8/SERE/89. Foram diplomas que implementaram a colegialidade e a elegibilidade, de forma paradigmática em alguns aspetos, e permitiam “fazer tudo”, se não se fizessem perguntas.

As decisões coletivas, os conselhos diretivos, os conselhos pedagógicos com efetivas atribuições/competências, os conselhos de direção (com professores, pessoal não docente, encarregados de educação e autarquias), os conselhos consultivos (com professores, alunos, encarregados de educação, autarquias, interesses socioeconómicos e outros achados convenientes) – quem se lembra? Muito pouca gente. Mesmo alguns dos “velhos” não se recordam, ou não implementavam alguns desses órgãos.

Os primeiros projetos educativos, com a obrigatoriedade da sua implementação referida no DL43/89, eram construídos de forma rudimentar nalguns locais e noutros de forma elaborada e consistente, com base nas necessidades das comunidades educativas. Vivi essas primeiras aventuras em 1990 e seguintes, auscultando institucionalmente, e porta a porta, as preocupações da envolvimento da escola: comerciantes, indústrias e outras entidades. Por biénios, com o diagnóstico, a análise, a atuação e avaliação conjuntas, tentávamos ultrapassar essas dificuldades. Grande escola de unidade, companheirismo, solidariedade e espírito de equipa.

Tive o privilégio de viver, nas escolas, com todos esses diplomas e as suas formas de implementação. Com as dúvidas e com a sua ultrapassagem, com motivação, com espírito solidário e grupal. Com decisões coletivas, com avaliações coletivas, com resultados escrutinados coletivamente. A colegialidade era uma regra.

A emergência do diretor. Sucedem-se as experiências do decreto-

-lei 172/91, com o Conselho de Escola, órgão pesadíssimo, demagógico, com número paritário de docentes/não docentes (começa a manifestação da desconfiança em relação aos profissionais do ensino), do Diretor Executivo, órgão unipessoal, não eleito, com poder discricionário, potenciador de ruturas e não representativo da comunidade educativa – é o primeiro assalto à gestão democrática. É aqui que, pela primeira vez, o Conselho Pedagógico (CP) passa, explicitamente, de órgão decisor a emissor de pareceres; subalternizado, sem poder deliberativo, passa a órgão consultivo. Como curiosidade, a legislação vigente à data preconizava que o CP “aprova”, “designa”, “elabora”, “avalia”, “implementa”, “organiza”, “define”, “assegura”, “dinamiza”, “desencadeia”, “analisa”, “acompanha”, “apoia”, “colabora”, “coopera”, “divulga”, “incentiva”, “inventaria”, “orienta” e “promove” – 20 verbos em 21 alíneas; no DL172/91, o CP “emite” parecer e “elabora” para ser proposto – 2 verbos e 9 alíneas. Sintomático.

Começa a definir-se a estratégia do todo-poderoso diretor. A comissão de acompanhamento da experiência dá parecer negativo e sugere caminhos de ação. O DL172/91 foi-se.

Eu costumava dizer: esperem, vem aí um 173, não tarda nada. E assim foi: em maio de 1998, depois de grandes debates, aparece o DL115-A/98, que cria um órgão, a Assembleia, responsável pela definição das linhas orientadoras da atividade da escola. Não tão mau como o 172/91, mas, no entanto, reforça as competências da Direção Executiva, obrigando à qualificação especializada dos docentes para o exercício dessas funções, promove a elaboração do Projeto Educativo pela Direção Executiva, desvirtuando o princípio da interveniência das comunidades educativas, pormenoriza normativos que deveriam ser da competência dessas comunidades e, entre outras, sublinha o carácter acessório do CP.

De permeio, fomos assistindo a alternâncias no poder político, com as inerentes vicissitudes de diferentes visões. Por curiosidade, tivemos um ministro (David Justino) que após a tomada de posse afirmava, numa entrevista à rádio TSF, que não iria tratar a Educação como tinha sido tratada até essa altura: “uma amante caprichosa a quem se dá dinheiro para que fique calada”. Textual. À data, pensei que, a ser verdade, eu tinha vivido desde 1971 à custa dessa amante. Senti-me desconfortável...



2005, o princípio do fim. Costumo afirmar, com a vantagem das minhas vivências históricas, que a democracia e o clima de dádiva desinteressada nas escolas, por parte dos profissionais da educação acabaram com a publicação do decreto-lei 75/2008 – José Sócrates/Maria de Lurdes Rodrigues, 12 de março de 2005 a 26 de outubro de 2009 – e posteriores alterações (decretos-lei 224/2009 e 137/2012). Na realidade, a perspectiva de tão negros horizontes começou em julho de 2005, quatro meses depois da tomada de posse de Maria de Lurdes Rodrigues, com um conjunto de determinações, no calor do verão, com a maior parte dos professores a descansar: os relapsos, os que mais férias tinham, os que trabalhavam menos, os que ganhavam mais e os culpados pelo estado da Educação tinham de ser metidos na ordem. E assim foi. Sequencialmente, durante quatro anos e meio, o desiderato foi atingido. Os professores, os mais importantes atores no sistema de ensino, foram perdidos. Ganhou a sobrançeria, o distanciamento, a prepotência e a falta de entendimento de que, na construção da cidadania, do conhecimento e do futuro, os atores têm de ser incentivados, acarinhados e ver reconhecido o seu papel.

Culmina, como dizia, com o DL75/2008, onde caíram os princípios de democraticidade, elegibilidade, colegialidade, universalidade e de construção de projetos de forma solidária. Em alguns casos, apesar dos normativos imporem novas realidades, mantiveram-se climas de democraticidade e entreaajuda e vivências construtivas, graças a diretores/as, que, imbuídos de espírito democrático, não utilizam as competências previstas na lei e, inteligentemente, preferem a construção do bem comum de forma democrática e solidária. Mas são uma pequena minoria.

CG, O ILUSTRE DESCONHECIDO

Apesar de ligeiras melhorias, o decreto-lei 137/2012 continua a potenciar a queda dos princípios de democraticidade, elegibilidade, colegialidade, universalidade e solidariedade. Conselho Geral (CG), diretor, Conselho Pedagógico e Conselho Administrativo são os órgãos de direção, administração e gestão.

O CG é o órgão de direção estratégica, responsável pela definição das linhas orientadoras da atividade do agrupamento/da escola, assegurando a participação e representação da comunidade educativa. Na minha vivência diária, ainda hoje testemunho a não existência de condições para o exercício efetivo das suas competências: pela impossibilidade de reuniões assíduas e produtivas, devido a falta de disponibilidade da maioria dos seus membros (dois terços não são docentes e consequentemente têm as suas vidas); pela falta de conhecimento das suas competências, dos seus deveres e dos seus efetivos poderes; continuam a desconhecer a não dependência

hierárquica relativa à administração (Ministério da Educação, senso lato) e à direção, só ao poder judicial.

Vejamos algumas das suas competências: eleger o diretor, aprovar o projeto educativo e acompanhar e avaliar a sua execução, aprovar o regulamento interno, aprovar os planos anual e plurianual de atividades, aprovar o relatório final de execução do plano anual de atividades, definir as linhas orientadoras para a elaboração do orçamento, aprovar o relatório de contas, pronunciar-se sobre critérios de organização dos horários, acompanhar a ação dos demais órgãos de administração e gestão, promover o relacionamento com a comunidade educativa, definir os critérios para a participação da escola em atividades pedagógicas, científicas, culturais e desportivas, dirigir recomendações aos restantes órgãos, tendo em vista o desenvolvimento do projeto educativo e o cumprimento do plano anual de atividades, participar no processo de avaliação do desempenho do diretor, aprovar o mapa de férias do diretor, entre outras. Os membros dos diversos CG do país conhecem estas obrigações?

Correia de transmissão. A experiência, no contacto com muitos membros e, de forma mais comum, com docentes integrantes desse órgão, diz-me que não. Afirmo, sem qualquer dúvida, que desconhecem pormenorizadamente o que têm de fazer e, em grande parte dos casos, julgam estar obrigados ao cumprimento de ordens emanadas do Ministério da Educação, das secretarias de Estado, da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares ou mesmo dos diretores. Não devem obediência a nenhum destes órgãos, nem à Inspeção-Geral da Educação e Ciência – todos podem lembrar, sugerir, aconselhar, mas não ordenar.

Explicitando, o CG analisa, debate e decide com total liberdade e independência e não obedece a nenhum poder, senão o judicial, no caso de incumprimento da Lei – lembro, ainda, que os diretores têm assento no CG e, sendo parte, intervêm, defendem os seus pontos de vista, apresentam razões e fundamentos... Mas não votam.

Assim, é meu entendimento que o CG não tem capacidade funcional de cumprir com o seu papel de órgão de direção estratégica. Limita-se, na maior parte dos casos, a ser uma correia de transmissão do pensamento do diretor, corroborando a sua linha de atuação e legitimando o seu projeto. Nalguns casos, também existem influências das políticas autárquicas, que, de forma isolada ou em conluio com as direções, sabem bem o que pretendem.

Quanto a encarregados de educação, funcionários, interesses locais e, nalguns casos, a alunos, a frase mais ouvida dos intervenientes mais conscientes, alertados para a função/competência, é “Mas como? Não há condições!”

No que concerne aos docentes, há dois posicionamentos verificados por mim: os que, tendo sido eleitos numa lista ‘afeta’ ou ‘induzida’



pelo diretor cumprem o trabalho 'pré-determinado' pela direção e avalizam ordens; outros, que fazendo parte da 'oposição', por variadas razões, tentam boicotar as ordens do diretor, promovendo debate e agitando o órgão para o combate ao seguidismo. Tanto uns como outros demonstram falta de tempo, falta de paciência, desgaste e sensação de que "não estão ali a fazer nada ali", "não há condições".

Há casos exemplares, poucos, em que o presidente do CG, sendo docente, assumindo as funções e tendo consciência da importância do órgão, desenvolve trabalho meritório e profícuo, induzindo na maior parte dos membros uma implicação consciente e determinada – neste caso, enfrenta críticas, porque se trabalha de mais e não há condições, ou mesmo retaliações, na distribuição de serviço, se os desenvolvimentos e a atuação do CG são contrários à linha diretiva.

FIGURA DO DIRETOR TRADUZ 'FULANOCRACIA'

O diretor é o órgão de administração e gestão nas áreas pedagógica, cultural, administrativa, financeira e patrimonial. A figura unipessoal implica a fulanização. É ele/ela; não é um conselho, um coletivo. Nesta perspectiva, desde Maria de Lurdes Rodrigues, é preciso responsabilizar a figura e, para isso, dar-lhe poder – só dando poder se pode pedir responsabilidades. As escolas têm de ter um rosto, um só. Várias cabeças são um perigo, uma só é o ideal. E assim foi. As competências do diretor explicitadas no diploma são 23. O seu 'poder efetivo', diremos que ultrapassa em muito o legislado, quer pelo autoaniquilamento do Conselho Geral, quer pela dependência hierárquica, avaliativa e disciplinar de docentes e funcionários. A sua autoridade continua a verificar-se, ainda, na distribuição de serviço, na definição do regime de funcionamento do agrupamento, na elaboração do projeto de orçamento, na constituição de turmas e na elaboração de horários, na designação dos coordenadores de estabelecimento, nas propostas dos candidatos ao cargo de coordenador de departamento, na designação dos diretores de turma, na gerência das instalações, espaços e equipamentos, na seleção e recrutamento do pessoal docente, e ainda na direção dos serviços administrativos, técnicos e técnico-pedagógicos, além de outras. De acordo com o legislado, o diretor é uma figura poderosa que traduz uma fulanocracia. É ele que responde perante a Administração, logo, tem de potenciar as ordens e diretrizes superiores – dai-me um dedo e eu tomarei a mão, e mais tarde o braço. Quando assim não é, como já referi, deve-se ao perfil democrático da pessoa e a alguns resquícios do antigo modelo (DL769-A/76). Mas já não se usa, porque a responsabilização motiva e fundamenta algumas arbitrariedades.

CONSELHO PEDAGÓGICO, DEPARTAMENTOS E DIREÇÃO DE TURMA

Desde 1991, tem vindo a verificar-se o esvaziamento, sucessivo e intencional, das competências do Conselho Pedagógico (CP), transformando-o num órgão consultivo e sem poderes decisórios. Atualmente, com a presidência assumida pelo diretor e uma constituição a ele afeta, quer pelas nomeações diretas, quer pelas indicações indiretas (caso dos coordenadores), é, na realidade, uma caixa de ressonância da direção, sem possibilidade real de isenção ou independência. Defendemos que, pelo papel fundamental que deve ter na vida das escolas, o CP deve ser um verdadeiro órgão de direção pedagógica, de importância primeira, pela prossecução do sucesso educativo baseado em decisões pedagógicas que devem sempre sobrepor-se aos aspetos administrativos.

Quanto às estruturas de coordenação educativa e supervisão pedagógica, estão fixadas no regulamento interno e colaboram com o CP e o diretor na coordenação, supervisão e acompanhamento das atividades escolares. É através destas estruturas que qualquer projeto pode, ou não, materializar-se no dia a dia, nas salas de aula. A sua existência está relacionada com as nomeações e designações, quase todas diretamente pelo diretor. Obviamente, são elementos da sua confiança, o que desde logo deixa antever uma concordância de atitudes e uma ressonância de metodologias.

O princípio da elegibilidade deve estar sempre presente nas estruturas de coordenação e supervisão. Os pares de um grupo, de um departamento e das diferentes estruturas devem eleger, de forma direta, os seus coordenadores e/ou representantes.

GESTÃO DEMOCRÁTICA, PRINCÍPIOS E "QUALIDADE" DOS CANDIDATOS

Obviamente os princípios da colegialidade dos órgãos, da garantia da sua funcionalidade, com as condições inerentes de participação e de responsabilização, de participação dos representantes da Comunidade Escolar na tomada de decisões, de elegibilidade através de corpos eleitorais abrangentes têm de estar sempre presentes. No caso do Conselho de Gestão, todos os professores, todos os funcionários e uma representação significativa dos encarregados de educação e dos alunos do Ensino Secundário devem igualmente participar no processo eleitoral.



O conceito de “qualidade” das listas candidatas a um Conselho de Gestão tem de ser definido. Se se interpreta como capacidade de implementar um projeto de ação que tem a concordância da comunidade escolar, porque foi construído com os seus representantes para resolver problemas diagnosticados por ela, tem de ser essa comunidade, de acordo com os princípios atrás referidos, a escrutinar as listas candidatas. A eleição terá lugar e a escolha recairá no conjunto de pessoas que melhor garanta esse desiderato. No atual diploma (diretor) aplica-se o mesmo princípio, mas nada garante que um qualquer candidato (mesmo desconhecido) esteja imbuído das preocupações da comunidade e das suas intenções resolutivas. Em todo o caso, sob um ponto de vista pessoal, as candidaturas não podem ser condicionadas pela profissionalização dos candidatos. Concretizando, poderão ser candidatos a um Conselho de Gestão (“quaisquer”) professores, a um Conselho de Direção elementos da comunidade escolar (professores, funcionários, encarregados de educação e alunos no Ensino Secundário) e ao Conselho Local de Educação – a definir local/regionalmente – a comunidade educativa (professores, funcionários, encarregados de educação, alunos do Ensino Secundário, autarquias, interesses económicos, culturais, sociais...).

GESTÃO DEMOCRÁTICA E MEGA-AGRUPAMENTOS

Acompanhei pessoalmente, a nível nacional, a fatídica implementação dos mega-agrupamentos. Os resultados, desastrosos, obtidos num estudo efetuado em 2010/11, indicaram algumas palavras-chave curiosas: imposição, desrespeito, dificuldade, desorganização, desajustamento, confusão, concentração, centralização, instabilidade, influência, deslocação, inoportuna conflitualidade, distanciamento, atraso, desgaste, morosidade, afastamento, sobrecarga, tensão, prejuízo... Uma medida política, redutora de custos, centralizadora, facilitadora do controlo e destruidora das comunidades educativas e incompatível com a gestão democrática.

Em termos profissionais, os professores foram alvo, mais uma vez, da prepotência do Ministério da Educação, vendo as suas condições de trabalho muito agravadas, quer ao nível das deslocações, quer ao nível da desmultiplicação da informação e da coordenação

pedagógica. A redução do número de postos de trabalho docente, em média nacional, foi de 13 por cada mega-agrupamento. A implementação dos mega-agrupamentos resultou numa irracionalidade pedagógica, num desastre organizativo e num escândalo educativo. É urgente retroceder.

DESCENTRALIZAÇÃO, AUTARQUIAS E AUTONOMIA DAS ESCOLAS

Atualmente existem contratos interadministrativos de delegação de competências estabelecidos em 14 concelhos. Neles, o Governo delega nas autarquias as competências que os contraentes acham conveniente. As escolas não são parceiros nesta contratualização e, obviamente, têm de cumprir o que as autarquias acharem por bem implementar.

Pessoalmente, desde sempre, defendo a descentralização de competências da administração educativa para as comunidades escolares/educativas locais. A realidade local é por excelência a base de implementação de um Projeto Educativo. A descentralização para esta realidade é fundamental para o desenvolvimento de projetos e para a resolução de problemas específicos de cada realidade.

Ao nível regional, a descentralização deve ser efetuada para conselhos locais de educação, constituídos pelos representantes das comunidades educativas, que serão os órgãos definidores das políticas regionais. Não confundir com conselhos municipais de educação, cujas coordenação e responsabilidade são da autarquia. Defendo que a autarquia é um parceiro com os mesmos direitos de todos os outros – tem um papel importante, mas não determinante; não define unilateralmente regras ou impõe deliberações. Sou a favor da descentralização, mas não da municipalização da educação.

Davide Castro Dias

Direção SPN

A PALAVRA A QUEM DIRIGE

Desempenho funções de gestão escolar desde 1993. Ao longo destes 24 anos conheci vários modelos de gestão: conselho diretivo, comissão executiva instaladora, direção executiva e diretor. De todos, para mim, o que melhor responde à vida das escolas, com a introdução de algumas melhorias, é o da direção executiva. O processo de eleição era muito mais democrático e transparente. Havia solidariedade institucional e o conselho pedagógico era presidido por um membro docente. Havia um sentido de partilha muito maior e a escola era 'a nossa'.

O diretor, sendo um órgão unipessoal, 'todo-poderoso', criou um clima diferente em muitas escolas e não foi acompanhado de qualquer mudança na autonomia das escolas. E o papel desempenhado pelos conselhos gerais nem sempre foi o mais conveniente.

Teresa Gandra

Diretora da Escola Secundária de S. Pedro da Cova

O modelo de administração e gestão das escolas estabelecido pelo Decreto-Lei nº 75/2008, de 22 abril, parece ter alcançado alguma estabilidade, sendo, por outro lado, escasso o debate sobre o mesmo. Estou convicto de que a sua implementação não veio conferir melhorias significativas à gestão e liderança da escola pública.

No que concerne à unipessoalidade do cargo, não deixo de me sentir confortável relativamente às prerrogativas democráticas que devem ser garantidas. Neste contexto, isso não se decreta – pratica-se. Quanto à enorme responsabilidade administrativa, estou em completo desacordo, porquanto os diretores não têm qualquer tipo de rede que os possa suportar face à complexidade das organizações educativas e, em particular, dos mega-agrupamentos.

Podendo as escolas ser vistas como espaços políticos, tenho algumas reservas quanto ao processo de elegibilidade dos diretores, que, por vezes, segue uma linha que não deve necessariamente estar sujeita a lógicas que seria aconselhável 'estarem' afastadas das escolas.

Rui Duarte

Diretor do Agrupamento de Escolas da Maia

A gestão democrática das escolas deve primar pelo princípio da igualdade e da equidade. Considero que a gestão das escolas deve ser objetivada por uma divisão de tarefas assim como de responsabilidades. Deste modo, a direção de uma escola deve ser feita de modo colegial, embora a escola deva ter um rosto que a represente, e o diretor deve ser essa figura. A delegação de competências no diretor deve ter sempre por princípio o cumprimento inequívoco das questões democráticas.

Quanto à eleição do diretor deve ser efetuada por todos os docentes e não docentes do agrupamento para que seja o mais justa possível e não ser politizada pelo conselho geral. O processo eleitoral deve passar, primeiro, por uma avaliação das candidaturas pelo conselho geral e, depois, verificados os requisitos, deve dar autorização para a eleição dos candidatos dando a conhecer a toda a comunidade educativa os seus projetos de intervenção.

É importante que o Conselho Geral desempenhe uma tarefa de constante supervisão do desempenho do diretor, para evitar que surjam situações de prepotência e falta de democraticidade.

Sérgio Almeida

Diretor do Agrupamento de Escolas de Pedrouços

A capacidade de liderança de um projeto e de gestão de uma instituição é fundamental e deve ter uma cara, independentemente do nome que legalmente lhe seja dado. Esta liderança deve ser articulada com o funcionamento de um órgão colegial, pois as opiniões e propostas de pares são sempre enriquecedoras para a tomada de decisões, sempre mais ricas do que decisões individuais.

A eleição de um diretor ou de uma equipa diretiva deve estar sempre sujeita ao escrutínio da comunidade escolar e não deve estar sujeita a uma decisão tomada por um conselho geral em que a maioria dos votos decisores estão dependentes de entidades externas, podendo envolver interesses estranhos à comunidade escolar.

Direção da Escola Secundária de Rocha Peixoto

No decurso da minha já longa carreira de professora (41 anos), foram surgindo vários diplomas a regulamentar a gestão dos estabelecimentos escolares. Entendo que o processo de eleição para o então Conselho Diretivo / Conselho Executivo, órgão que mais tempo teve de vigência no pós-25 de Abril, sendo uma eleição direta, efetuada primeiro pelos pares e, posteriormente, também por assistentes operacionais, técnicos e encarregados de educação, foi, sem dúvida, o processo mais democrático.

Já li e ouvi opiniões no sentido de que sendo a eleição feita pelos pares, os eleitos têm, regra geral, mais dificuldade em impor normas e regras. Numa escola onde se pretende que todos sejam um, no sentido de cumprir com a sua missão – preparar cidadãos conscientes, responsáveis e competentes para os desafios futuros –, quem não cumprir, quem não cooperar ficará, como já constatei, uma carta fora do baralho.

Maria das Dores Milhazes

Diretora do Agrupamento de Escolas Dr. Flávio Gonçalves

ALEXANDRE HERCULANO

UMA ESCOLA

EM RISCO

Vidros partidos, tetos frágeis, água que teima em cair, salas fechadas. Não é o cenário que imaginariamos para um estabelecimento de ensino, mas é assim que está uma parte da Escola Secundária Alexandre Herculano, no Porto. Os pedidos de intervenção sucedem-se, e são a cada dia mais urgentes, mas falta uma resposta inequívoca de que a reabilitação vai ser uma realidade. Até lá, vidros partidos, tetos frágeis, água que teima em cair, salas fechadas...

O cenário não é de 'guerra', apesar da descrição um pouco dramática (embora verdadeira), mas há riscos implicados. À entrada do 'Alexandre' tudo está aparentemente normal, mas os buracos, as humidades e os cheiros vão sendo descobertos à medida que nos entranhamos pelos corredores. Algum musgo aparece num teto, já de si negro por causa da humidade, em algumas partes. Nos corredores envidraçados lá aparecem retângulos sem vidros, que permitem a entrada do frio e da chuva.

Durante uma aula de Filosofia, as mesas e os alunos encostam-se ao lado direito da sala, enquanto uns baldes ocupam o lado de lá da barricada. Há água a cair do teto. Tal como no Museu de História Natural, que – além de um belíssimo espólio – expõe recipientes de plástico para evitar que a água se espalhe pela sala.

Num dos laboratórios de Química, interdito aos alunos, um armário esconde ao canto um buraco no chão. Enquanto isso, plásticos pendurados no ginásio impedem que os alunos 'apanhem chuva' nas aulas de Educação Física. E enquanto uma nova biblioteca dá colorido à vida escolar, uma boa parte dos livros, na antiga biblioteca, não pode ser lida porque a sala não tem condições de segurança. Tal como o Museu de Física, cujo espólio foi transferido para o espaço da antiga cantina.

São remendos que a direção da escola vai fazendo para manter o espaço a funcionar. Mas o estado de degradação é visível, muito visível. Os alertas foram feitos ao longo dos tempos às autoridades competentes, mas o processo já conheceu várias fases: contrato de restauro, entretanto suspenso, no âmbito do programa de modernização das escolas da Parque Escolar; garantia de não haver reabilitação por parte do anterior Governo; um incómodo silêncio por parte da atual tutela.

"Não temos nenhuma comunicação inequívoca de que está programada uma intervenção", referiu Manuel Lima, diretor do Agrupamento de Escolas Alexandre Herculano, lembrando que este silêncio "causa uma enorme angústia e preocupação a toda a comunidade escolar".

No fio da navalha

E como se chegou a este estado?

"A escola foi-se degradando, porque nós temos uma resiliência muito pacífica", adianta Manuel Lima. Às "contrariedades estruturais da escola", a direção tentou compensar com mais entrega humana, com um maior esforço por parte dos professores e funcionários, e até dos próprios pais. Por isso, se não for pelo valor patrimonial do edifício ou pelo "serviço que presta pela escola pública", que a reabilitação do espaço aconteça pelo valor humano.

A resolução destes problemas foi sendo sempre adiada. E como a escola não tem verbas para avançar com uma reabilitação profunda, resta-lhe apenas esperar uma luz ao fundo do túnel e uma garantia de quem de direito. "Não sei em que medida é que a própria tutela terá consciência de que nós estamos já numa situação-limite. Somos resilientes, vamos lutar, porque acho que este é um estabelecimento que presta um serviço educativo público muito válido e necessário no contexto em que está inserido", acrescenta o diretor da escola, que é sede de um agrupamento de nove estabelecimentos de educação e ensino.

E embora gostem de lá andar, segundo Manuel Lima, os alunos têm consciência do estado em que se encontra o edifício. "Reclamam, queixam-se", mas também resolvem com eficácia o problema. "Nos dias em que fez bastante frio, os alunos vieram com mantas." Para além dos casacos que alunos e professores usam durante a aula, porque o frio é demasiado dentro de portas. Sem os agasalhos vestidos, eles "não têm as condições mínimas de conforto para poder realizar a sua atividade".

A escola oferece formação do 7º ao 12º ano e tem 970 estudantes. Mas poderiam ser muitos mais – "à vontade", dois mil – se a escola fosse restaurada. Mais, com uma intervenção, o 'Alexandre' teria condições para alargar a sua oferta, começando com turmas logo no 5º ano. Mas isso é impossível no momento. "Para os alunos do 5º ano, creio que, pela degradação dos espaços, poderia oferecer



determinado tipo de riscos que convém não correr. Acho que até haveria adesão de alguns alunos do 5º ano, até porque este sempre é o antigo liceu... Mas, como se vê, estamos aqui no fio da navalha, quotidianamente”, frisa Manuel Lima.

E ainda que haja uma monitorização e cuidado, e que de cada vez que a direção veja que há a possibilidade de cair algum bocado do teto este seja deitado abaixo, há sempre alguns riscos. “E sérios riscos”.

Falta tempo para os alunos

João Paulo Dupont é professor de Artes Visuais na Secundária Alexandre Herculano e dirigente do Sindicato dos Professores do Norte. E faz um alerta para as condições dos professores, não só ao nível da escola, como profissionais. Começa por lembrar que se trata de um território educativo de intervenção prioritária (TEIP) e que, por isso, tem características específicas.

“Nós aqui somos professores, transmitimos conhecimentos e matérias, mas, antes de mais, somos seres humanos que temos de estar atentos ao relacionamento com estas crianças, porque muitas vêm de um meio familiar desfavorecido, estão desinseridas de um contexto normal de família e, muitas vezes, a única ligação afetiva que conseguem criar é com os professores e com os colegas. E nestas circunstâncias, acho que devíamos ter melhores condições, quer de horários, quer de instalações, para podermos estar mais tempo com os garotos, ouvi-los, tentar compreendê-los e responder a alguns dos seus anseios.”

Com os professores assoberbados com a atividade letiva, os programas “extensíssimos”, as metas curriculares e os processos burocráticos, o tempo para o apoio e para essa ligação entre professor e aluno escasseia. E os professores andam “fatigados”. O que, no entender de João Paulo Dupont, contribui para o aumento da indisciplina. A classe docente “está a envelhecer rapidamente”. E tudo isto, a juntar aos problemas já conhecidos – elevado número de turmas por pro-

fessor, número de alunos por turma, não entrada de docentes nos quadros, etc. –, contribui para o aumento do cansaço dos docentes. “E numa escola TEIP, como a nossa, essa fadiga ainda se torna mais evidente, porque temos um *handicap* imenso; temos um edifício lindíssimo, mas que está completamente degradado e que, do ponto de vista psicológico e até afetivo, não ajuda em nada, não faz com que os garotos se possam sentir bem e se sintam integrados num espaço que lhes é agradável.”

Enquanto dirigente sindical, Dupont tem tentado “chamar a atenção para os colegas docentes, no sentido de tentarmos unirmo-nos, de criar algo para mostrarmos o nosso descontentamento e, de certa forma, contestarmos aquilo que atualmente está a acontecer”.

É que a resolução dos problemas é “sistematicamente” adiada. “Acho que estamos a chegar a um ponto de não retorno, em que a degradação é de tal ordem que, das duas uma, ou se faz efetivamente a recuperação do edifício, ou então, dentro de pouco tempo, vamos ter de deixar de dar aulas, porque não temos condições mínimas de saúde e de segurança para podermos lecionar”, conclui o professor e dirigente do SPN.

Maria João Leite
A Página da Educação

Diretor do Agrupamento de Escolas Alexandre Herculano (Porto)

MANUEL LIMA

“A ESCOLA PRECISA DE UMA INTERVENÇÃO DE FUNDO”

Quais são os principais problemas da escola?

Os grandes problemas, em termos de estrutura material, passam pela infiltração de águas em diversos espaços, nomeadamente em salas de aula e em corredores, o que constitui um risco de segurança para os alunos. Há também o problema de a escola não ser climatizada – durante o inverno é muito fria – e há muito poucas condições de conforto para a realização das aprendizagens dos alunos. Depois temos problemas em termos das novas tecnologias, temos poucos recursos materiais que possibilitem a utilização de vários instrumentos, como os computadores e videoprojetores, o que evidentemente também condiciona a prática docente. As instalações desportivas também estão bastante degradadas, tal como as instalações sanitárias dos alunos. Enfim, a escola toda precisa de uma intervenção profunda.

Em que ponto se encontra o processo de requalificação?

Estamos agora numa fase de grande silêncio. Efetivamente, este processo já se foi desenvolvendo em várias fases: primeiro, por uma assinatura do contrato para a requalificação no âmbito da Parque Escolar, mas que entretanto foi suspenso; depois, no tempo de Nuno Crato enquanto ministro da Educação, uma comunicação inequívoca de que o programa estava suspenso e que não iria ser realizado qualquer tipo de intervenção; e agora, apesar da nossa insistência junto do senhor ministro da Educação e das entidades competentes, no sentido da sua sensibilização para a realização das

obras, não temos nenhuma resposta oficial sobre o andamento do processo. Temos tido muito apoio das forças vivas da sociedade do Porto e têm sido dinamizadas variadíssimas ações de sensibilização junto da opinião pública para o estado da escola – que é um referente da educação nacional e um emblema da educação no Porto, e mesmo na região norte –, mas, efetivamente, até à data, não temos nenhuma comunicação inequívoca de que está programada uma intervenção, apesar de o assunto até já ter sido levado à Assembleia da República. O que causa uma enorme angústia e preocupação a toda a comunidade escolar. Agora que estamos no inverno, agudizam-se as nossas próprias preocupações, porque começa a haver muito maior probabilidade de não reunirmos as condições para termos a escola a funcionar normalmente. Agora, com as chuvas, vamos ter de salvaguardar o superior interesse dos alunos e iremos tomar medidas nesse sentido.

A escola corre o risco de fechar?

Dentro do possível, nós vamos fazendo remendos. Só que chegámos a um momento de saturação, em que já é inviável a remediação de certas situações problemáticas, porque a quantidade de problemas já é também enorme e nós não temos possibilidade económica. Portanto, a escola precisa efetivamente de uma intervenção de fundo. Mas tenho de salvaguardar a segurança das pessoas que aqui circulam. E sempre que não estiverem reunidas condições para que os alunos, os professores e a comunidade circulem em segurança



no espaço escolar, evidentemente, terá de ser determinado o encerramento temporário da escola.

Quais são os entraves à intervenção?

Como disse, vivemos agora num certo mundo de silêncio. Apesar das solicitações e de termos desenvolvido inúmeras ações de sensibilização, a escola não tem nenhuma resposta oficial até ao momento. Também já formalizámos o convite para a visita por parte do senhor ministro às instalações da escola, mas ainda não obtivemos nenhum tipo de resposta. Sabemos que há sensibilização para o problema e conhecimento do estado em que se encontra a escola. Não há é uma comunicação à escola de quais são os constrangimentos, quais são os problemas que existem, se é uma articulação entre entidades que terão de financiar a intervenção... Não sei que tipos de problemas existem, mas penso que serão do foro económico e financeiro.

Como é que a escola chegou a este estado?

A escola foi-se degradando porque nós temos uma resiliência muito pacífica. Isto é, às contrariedades estruturais da escola fomos tentando dar resposta ao nível da qualidade humana. Com um maior esforço por parte das pessoas que aqui trabalham, os professores e os funcionários, e uma ajuda grande até dos próprios pais, nós temos tentado sempre manter a escola aberta e temos conseguido atrair os alunos pela oferta diversificada e pelas atividades que desenvolvemos na escola. Os alunos gostam da escola, mas todos eles estão conscientes de que, face a outras escolas aqui à volta, têm um ponto de partida diferenciado e que saem em desvantagem. E ao fim e ao cabo aquilo que se lhes vai exigir é que atinjam patamares de equidade com todos os outros, que começam com condições condignas. Mas a verdade é que, acho, tem muito a ver com a nossa própria identidade. Temos consciência de que as condições são muito más. Mas o valor patrimonial, a ação que se desenvolve aqui em termos de formação e para a sociedade civil, o serviço que presta enquanto escola pública, isso faz com que, de alguma maneira, os alunos gostem e criem um vínculo com a própria escola.

Mas, ao longo do tempo, foram alertando as entidades competentes sobre o assunto?

Ao longo de um tempo significativo, bastante significativo, fomos

sempre sensibilizando quem de direito – a tutela, nomeadamente – para os problemas que iam tendo. A escola não tem verba nem autonomia para poder realizar uma reforma estrutural profunda. E, sucessivamente, a resolução desses problemas foi sendo adiada, exatamente com a informação de que, como ia haver uma intervenção de fundo, não valia a pena estar, num dado momento, a fazer um investimento pontual para depois se deitar tudo abaixo e construir de raiz ou restaurar definitivamente as coisas. Foi uma multiplicidade de aspetos que se foram agudizando e estamos hoje nesta situação, que está a chegar mesmo ao limite. Não sei em que medida é que a própria tutela terá consciência de que nós estamos já numa situação-limite. Somos resilientes e vamos lutar, porque acho que este é um estabelecimento que presta um serviço educativo público muito válido e necessário, no contexto em que está inserido. Aliás, é uma escola-sede de um agrupamento constituído por nove estabelecimentos. Portanto, se não formos para a reabilitação pelo lado patrimonial, pelo valor cultural, arquitetónico e histórico do edifício, o património humano tem de ser inequivocamente salvaguardado, e só por aí a intervenção tem de ser feita. E nós vamos lutar com as forças que pudermos para que seja uma realidade e para termos uma resposta definitiva sobre aquilo que se pretende fazer com este estabelecimento. Eu acredito que vivemos num Estado de direito e que, de alguma maneira, isto vai chegar a bom porto. Mas já há aqui alguma descrença por parte das pessoas, que já questionam se vai ou não haver intervenção.

A escola tem 970 alunos, mas tem capacidade para muitos mais...

Temos um agrupamento que oferece formação desde a Educação Pré-Escolar ao 12º ano. No momento, nesta escola-sede só funcionam do 7º ao 12º, mas tenho a certeza absoluta que, havendo essa intervenção, com a escola oferecendo as condições logísticas necessárias para a realização de um ensino-aprendizagem de qualidade, nós conseguiríamos ter aqui oferta do 5º ao 12º ano. Aí, à vontade, a escola consegue comportar dois mil alunos.

Maria João Leite
A Página da Educação

SPN APOSTA NA FORMAÇÃO CONTÍNUA

Para o departamento de formação do Sindicato dos Professores do Norte (SPN), a formação contínua é uma das principais vias para a promoção e elevação da qualidade de educação/ensino e a revalorização material da função docente.

Neste enquadramento, as dificuldades colocadas à efetiva concretização de um plano de formação têm sido diversas, num contexto político de não financiamento da formação contínua e de forte desregulamentação dos horários dos professores. O Centro de Formação do SPN teve, por isso, de fazer um esforço de inovação, procurando e desenvolvendo soluções adequadas a cada situação, desde logo, procurando incentivar, apoiar e incrementar os contributos de tantos e tantos dinamizadores e formadores, que continuam a colaborar de modo abnegado e sem contrapartida financeira – uns pertencentes às estruturas do SPN, outros das mais variadas áreas de intervenção educativa.

Contudo, o denominador comum foi, e é, a adesão a um projeto centrado numa consciência de participação e de envolvimento solidário. Um projeto que procura sublinhar que o professor é hoje um agente de transformação e de desenvolvimento humano. A todos se deve, em grande medida, o sucesso desta iniciativa e do projeto que agora começa a consolidar-se. Atente-se nos números relativos a 2016: apesar das contrariedades enunciadas, foi possível dar resposta satisfatória às expectativas, solicitações e anseios de um grande número de docentes (20 ações de formação contínua e sete seminários temáticos acreditados).

Continuidade. No que concerne aos objetivos delineados para 2016, constatamos que foram cumpridas a quase totalidade das tarefas e responsabilidades assumidas, particularmente na dinamização e expansão do Centro de Formação e na promoção de formação contínua gratuita e de qualidade. Com base nesta dinâmica, o Plano Anual de Formação para 2017 está em fase adiantada de organização e, brevemente, será divulgado a todos os associados. Por outro lado, o Centro de Formação vai passar a ter um novo espaço específico de divulgação, bem como uma plataforma online de suporte à inscrição de formandos e à gestão de todo o processo de seleção e escolhas realizadas para a frequência das ações. Pretende-se dar mais visibilidade e melhor organização e celeridade a toda a atividade desenvolvida pelo departamento – porque só deste modo podemos criar dinâmicas organizacionais consistentes, eliminando, dentro do possível, todos os fatores aleatórios que possam criar constrangimentos a uma estrutura que aposta na formação e na construção da identidade profissional docente.

A formação contínua visa conferir aos docentes uma adequada preparação para poderem intervir, além da área científica da especialidade, nos domínios da ética, dos valores e da cidadania. Isso pressupõe uma formação de elevado grau de exigência e qualidade, capaz de proporcionar uma cultura geral abrangente e de estimular um esforço permanente de atualização, conferindo à experiência o lugar que deve ocupar na aquisição das competências necessárias para educar.

PRINCÍPIOS ORIENTADORES

Para o SPN, a formação contínua assenta nos seguintes princípios:

- **direito e dever de todos os docentes**, deve possibilitar a atualização pedagógica, científica e tecnológica, bem como o acompanhamento do ritmo e da evolução da sociedade, e contribuir para a identificação profissional e uma maior afirmação da dignidade e do valor da carreira docente;
- **fator de valorização pessoal e profissional**, deve contribuir para uma crescente especialização e uma maior segurança na intervenção em contextos educativos cada vez mais complexos e problemáticos, visando a renovação/inovação das práticas pedagógicas;
- **centrada na escola**, deve ter por base planos elaborados de acordo com as reais necessidades do sistema, das escolas, dos docentes e dos contextos sociais das comunidades escolares;
- **gratuita e de qualidade**, deve dispor de meios financeiros adequados.

PLANO DE ATIVIDADES 2017

*Assembleia-Geral do SPN
aprovou plano de atividades
e orçamento*

Depois de anos sucessivos caracterizados por políticas de empobrecimento, de desinvestimento nos serviços públicos e de perda de direitos para os trabalhadores (resultado das imposições do Memorando de Entendimento de 2011 e das políticas do governo PSD/CDS-PP que “asfixiaram” o país), 2017 deverá ser – no seguimento do verificado em 2016, fruto da maioria parlamentar que resultou das eleições realizadas em outubro de 2015 e que suporta o atual governo – o ano de consolidação de políticas que, além de inverterem o rumo austeritário que vinha sendo seguido, permitem encarar o futuro numa perspetiva de crescimento.

Os tempos que vivemos são desafiantes. Desafiantes para todos nós e, pelas implicações que acarretam, tempos de novos desafios para os sindicatos, a que não podemos deixar de responder. Desafios que obrigam os sindicatos a uma reflexão e a um questionamento que deverão partir do seu interior:

- Com que novos problemas se deparam os sindicatos?
- Como agir face à crescente tendência para a precarização das relações de trabalho?
- Quais os contributos do movimento sindical, e do SPN em particular, para o combate às desigualdades sociais e para o reforço da coesão social?
- Como consolidar e renovar o sindicalismo? Que alianças podem e devem ser estabelecidas com outros atores e movimentos sociais?
- Como atrair os mais jovens à filiação e participação sindical?
- Qual o papel das redes sociais e dos meios informáticos na mobilização e dinamização de uma classe profissional como a nossa, altamente escolarizada?

São estes, entre muitos outros, os desafios que temos pela frente e a que temos de responder, num contexto que continua a ser de incertezas...

Com efeito, o Orçamento do Estado para 2017 (OE2017), agora aprovado, continua longe, muito longe, do que é desejável. Se apresenta medidas claramente positivas, a verdade é que a fragilidade do nosso tecido económico e social, caracterizado por uma taxa de desemprego estrutural acima dos 10% e com prestações sociais

claramente insuficientes no quadro de uma economia terciarizada e muito dependente de atividades sazonais (caso do turismo), pode voltar a atirar para o desemprego muitos do que a ele têm escapado.

Há dinheiro para mais e melhor. “Portugal, mesmo num contexto de um crescimento insuficiente – a tal ‘estagnação secular’? –, e mesmo com um governo apostado em cumprir as insanas metas do défice impostas pela União Europeia, conseguiu equilibrar as contas públicas o suficiente para gerar um saldo primário (sem juros) de cerca de três mil milhões de euros em 2016 e de cinco mil milhões em 2017. Note-se que este saldo não chega, ainda assim, para cobrir os juros de uma dívida pública que não pára de aumentar em valores brutos, mesmo que se preveja para 2017 uma ligeira redução em rácio do produto interno bruto (PIB) para 128,3%. Há aqui uma escolha a fazer: pode o país continuar a condenar grande parte da sua população à pobreza, ao desemprego e aos baixos salários e pensões, apenas para tranquilizar a União Europeia quanto à determinação de cumprir o défice e pagar a dívida insustentável?” (Sandra Monteiro, edição portuguesa do *Le Monde Diplomatique*, Novembro 2016).

É neste contexto, com Portugal a entregar parte substancial das suas receitas aos credores financeiros da dívida pública, participando assim no processo de transferência de rendimentos do trabalho para o capital, que devemos colocar em debate público a “necessidade da reestruturação da dívida”.

É também neste contexto que os sindicatos são chamados a enfrentar os desafios que hoje se lhe apresentam, esperando-se uma atitude clara em defesa de quem trabalha e cria riqueza. Não podemos continuar com um salário mínimo que não faz sair da pobreza quem o afeite. É, por isso, preocupante a atitude da UGT manifestada pelo seu secretário-geral (Público, 15.11.2016), ao defender a saída do salário mínimo nacional da esfera política, chegando a desafiar o Governo a denunciar o acordo que estabelece o valor de 600 euros para o final desta legislatura, com “aumentos de 5% nos dois primeiros anos”.



Sendo muitas as pressões, internas e externas que procuram manter o nosso país com o garrote da dívida, urge manter e ampliar o debate sobre o que ela implica. “Temos de refletir e mobilizar a sociedade para uma perceção sobre o que é a dívida, como nos limita e como se pode resolver o problema, ou seja, como utilizamos os nossos recursos, as nossas capacidades, sem pensarmos que, agora, nos vamos desenvolver à margem da União Europeia ou do que se passa no Mundo” (Manuel Carvalho da Silva).

Desafios. Os sindicatos têm, desde logo, a preocupação de responder às tarefas mais imediatas, que, no caso dos professores, têm a ver com a melhoria das condições de trabalho, da carreira e do estatuto remuneratório, sem perder de vista a importância social da profissão e partir daqui, das reivindicações dos docentes, para a “formulação e articulação de propostas que constituam um contributo para o debate em sociedade”.

Além destas questões, outras há que o Sindicato dos Professores do Norte (SPN), no âmbito da Federação Nacional dos Professores (Fenprof), irá priorizar: vinculação e concursos, aposentação, horários de trabalho e gestão democrática. Esta última será objeto de uma campanha de âmbito nacional, *Mais Democracia para as Escolas*, de modo a conferir centralidade à exigência de outro modelo de gestão, verdadeiramente democrático. A Educação é um serviço público e como tal deve ser entendida; e deve ter ao seu serviço profissionais dignificados e reconhecidos socialmente.

Um outro desafio que os sindicatos têm vindo a enfrentar é a articulação entre a agenda social e a agenda política. Desafio nada fácil, porque temos um Ministério da Educação que parece furta-se ao diálogo com os sindicatos, preferindo optar por parceiros que se lhe afiguram mais “confortáveis”. Cabe aos sindicatos – muitas vezes responsabilizados e “intimidados” a “corrigir” as opções políticas manifestadas em eleições – pressionar os partidos políticos no sentido de influenciarem a adoção de medidas que respondam às

aspirações dos trabalhadores que representam. No que diz respeito à Educação, OE2017, apesar de estar no bom caminho, é claramente insuficiente. Não o será sempre? Desde logo as verbas destinadas a recursos humanos... Em 2017, os professores, tal como os outros trabalhadores da Administração Pública, terão os seus salários pagos na íntegra ao longo de todo o ano. Esperamos igualmente a vinculação de alguns milhares de professores, sendo que a verba prevista é menor em 116 milhões de euros à executada em 2015, ano em que os professores tiveram os seus salários com os cortes máximos.

O sindicato. O Sindicato dos Professores do Norte (SPN) é a segunda maior organização sindical docente do país. É um sindicato de âmbito regional, mas a filiação na CGTP-IN e o facto de ser um dos sindicatos constitutivos da Fenprof confere-lhe uma amplitude que vai para lá dos seus limites geográficos.

Integramos o Conselho Nacional da CGTP-IN, que desejamos venha a assumir a condução da luta dos trabalhadores da Administração Pública, bem como as direções das uniões sindicais da nossa área de intervenção.

Somos um dos sindicatos constitutivos da Fenprof, participando activa e empenhadamente em todos os seus órgãos estatutários, bem como nos grupos de trabalho e ‘frentes’ criados para responder a tarefas específicas. Integramos os corpos gerentes da Confederação Nacional de Acção Sobre o Trabalho Infantil (CNAsti) e mantemos cooperação com o Sindicato Provincial da Educação, Cultura, Desportos, Juventude e Comunicação Social em Benguela (Angola), com o Sindicato dos Professores da Ilha de Santiago (Cabo Verde) e com os sindicatos congéneres da Galiza, com destaque para a Confederação Intersindical Galega-Ensino.

Embora representando a Fenprof, temos particular responsabilidade na Internacional da Educação – a coordenadora do SPN é membro do Comité Executivo Mundial – e no Comité Sindical Europeu de Educação (CSEE) e integramos a CPLP-Sindical da Educação. Ainda



no âmbito da Fenprof, o SPN integra a plataforma Cultura em Luta e o Coletivo Clima e participa com outros movimentos em atividades na defesa da Paz, da cooperação com os povos, na luta pela igualdade de direitos, contra a xenofobia e o racismo e pela igualdade de género. Merece referência especial a solidariedade ativa que desenvolvemos com os povos ocupados da Palestina e do Sahara Ocidental, quer autonomamente, quer integrando outras estruturas.

Atividade sindical. A atividade sindical comporta uma componente conjuntural significativa (aspeto a relevar, se atendermos ao momento político que vivemos), que pode obrigar a ajustamentos na atividade a desenvolver. São dificuldades previsíveis, que exigem a utilização adequada dos meios, tecnológicos ou outros, existentes. O correio eletrónico, o placard sindical, o site, a revista SPN-Informação (órgão oficial do sindicato) e A Página da Educação (projeto editorial que tem hoje grande prestígio dentro e fora do país), são meios que, além da visibilidade que proporcionam, promovem o contacto permanente com os associados, mas não podendo substituir o contacto directo com os professores e as escolas – cabe uma referência especial à importância do delegado sindical, quer como ‘primeiro dirigente’ do sindicato, quer pela articulação que permite entre a estrutura sindical e os professores e as escolas; há que dignificar o seu papel e valorizar o seu estatuto, porque ele representa o sindicato na escola. Tal como em anos anteriores, em iniciativas próprias ou colaborando com outras organizações, continuaremos a desenvolver atividades culturais e a assinalar, centralmente ou nas áreas sindicais, os dias festivos e de luta. Assinalaremos, entre outros, o Dia Internacional da Mulher, o Dia Mundial da Criança, o Dia da Árvore, o Dia dos Direitos Humanos, a implantação da República e, naturalmente o 25 de Abril, o 1º de Maio e o Dia Mundial dos Professores.

Não esquecemos a necessidade de continuar a exigir a retirada do amianto das nossas escolas, promovendo iniciativas de denúncia junto das escolas que ainda o utilizam.

No que respeita à vida do Sindicato, fica a recomendação aos Corpos Gerentes que vierem a ser eleitos para que reavaliem a situação dos trabalhadores do SPN, tendo em vista a reestruturação das suas carreiras.

Eleições e aniversário. O SPN terá no próximo ano a eleição dos Corpos Gerentes para o triénio 2017-2020. As eleições constituem sempre um momento marcante na vida das organizações. Além do debate que implicam, são tempo de reflexão e de mobilização. Fazem-se os necessários balanços da atividade desenvolvida, perspectiva-se o futuro e procura-se renovar, também em idade, o coletivo dirigente, para assim assegurar não só uma solução de continuidade, mas também e, sobretudo, a afirmação de um projeto de e com futuro. Renovação e rejuvenescimento nem sempre fáceis de alcançar, pois no ano letivo 2014-2015 só havia no nosso país 451 professores no ensino público com menos de 30 anos de idade (0,4%). No presente ano letivo (31.12.2016), o número de associados do SPN com menos de 30 anos era de 121 (33 homens e 88 mulheres).

Caberá aos novos Corpos Gerentes muito do que virá a ser a atividade do SPN em 2017, razão pela qual este Plano de Atividades não deve ser uma condicionante das opções que vierem a constar do programa eleitoral dos Corpos Gerentes que vierem a ser eleitos. Em 2017 assinala-se o 35º aniversário do sindicato. Vamos celebrá-lo com a dignidade que merece. A história do SPN não pode ser apagada da memória coletiva da classe profissional a que nos orgulhamos de pertencer. Apesar de o dia da celebração ocorrer em novembro, após as eleições para os Corpos Gerentes, não podemos deixar de considerar o necessário cabimento orçamental, bem como a criação de uma ‘comissão organizadora’ para programar e organizar a celebração. Fica desde já a proposta de produção de uma agenda, que, além da sua utilidade, irá constituir um elemento de



reafirmação da história do SPN, com incidência nos últimos cinco anos (os não contemplados na fotobiografia do 30º aniversário).

NOTAS FINAIS. Este Plano de Atividades deverá ter como suporte um orçamento que, sem pôr em causa ou sem limitar a atividade sindical – ações de formação, disponibilidade e empenho dos respetivos formadores, bem como as iniciativas próprias de cada área sindical, entre outros aspetos –, mantenha uma criteriosa contenção nas despesas de funcionamento e um acompanhamento rigoroso da execução orçamental, para salvaguardar os recursos necessários à ação sindical, que se deseja particularmente intensa num ano decisivo para a afirmação de uma política anti-austeritária e de reposição de direitos e de melhores condições de trabalho.

Um dos pilares fundamentais da nossa atividade é a presença do SPN nas escolas. Tal desígnio só é possível com uma rede sólida de dirigentes, delegados e ativistas sindicais, a quem se deverá atribuir o seu acompanhamento. Prosseguremos o caminho já iniciado de dar maior formalidade e conteúdo a esta função, tornando estes dirigentes, delegados e ativistas efetivos intermediários da direção junto dos sócios e dos outros professores. Para dar maior importância e responsabilidade a esta função, que cabe em primeiro lugar aos dirigentes, talvez se justificasse que esse acompanhamento de escolas fosse o primeiro critério na distribuição anual dos créditos sindicais. A tarefa central dos dirigentes com redução no horário de trabalho continuará a ser, na proporção dessa redução, o trabalho de ligação aos professores das centenas de escolas que compõem a rede escolar da nossa área geográfica, realizando as reuniões sindicais que forem necessárias, assim como o apoio e o atendimento individualizado aos sócios das escolas que acompanham, disponibilizando o seu endereço de correio eletrónico sindical, assim como o seu horário de presença numa das 15 delegações do SPN.

O envolvimento dos dirigentes sem redução na vida interna do sindicato continua também a ser um desejo não realizado, o que justifica novamente a recomendação de que se convoquem mensalmente, em cada área sindical, reuniões para todos os dirigentes e delegados e se encontrem estratégias imaginativas que tornem sedutor o contexto desse acontecimento.

PARECER DO CFJ

“O Conselho Fiscal e de Jurisdição (CFJ) do Sindicato dos Professores do Norte (SPN), reunido em 12 de dezembro de 2016, apreciou as propostas de Plano de Atividades e de Orçamento do sindicato para 2017.

Os tempos que vivemos são ainda difíceis, apesar das alterações políticas verificadas, que deram alguma esperança de mudança e melhoria nas condições de vida das pessoas. Neste contexto, dos desafios colocados ao SPN para o ano de 2017, e referidos na proposta de Plano de Atividades, parece-nos importante destacar, para a valorização da escola e da profissão docente: vinculação e concursos, carreiras, aposentação, horários de trabalho e gestão democrática

O desenvolvimento da campanha Mais Democracia para as Escolas assume, no atual quadro, grande importância, depois de anos de experiência negativa de uma gestão não democrática. Igualmente relevante continua a ser a ação do SPN, juntamente com a Fenprof, a CGTP-IN e outras instituições de âmbito nacional e internacional, no sentido do reforço da dignidade do trabalho, da paz, da igualdade de direitos e do combate ao racismo e à xenofobia. Neste sentido, em 2017, o SPN não deixará de assinalar a importância do 25 de Abril e do 1º de Maio, entre outras iniciativas, em colaboração com outras organizações.

Das atividades a concretizar, destacamos ainda a comemoração do 35º aniversário do SPN e as eleições dos Corpos Gerentes para o triénio 2017-2020.

Relativamente ao orçamento do SPN para 2017, o CFJ considera tratar-se de uma proposta de contenção, mas equilibrada, realista e cautelosa, de modo a não condicionar a nova direção. Por último, parece-nos ser de inteira justiça a decisão de descongelar a carreira dos funcionários do SPN, última medida que faltava tomar no sentido de repor a normalidade.

O CFJ congratula-se, mais uma vez, com as medidas orçamentais adotadas pela direção do SPN no sentido de, apesar das dificuldades, o trabalho sindical não ser prejudicado.”



O ESTADO DA EDUCAÇÃO

Anualmente, desde 2010, o Conselho Nacional de Educação (CNE) produz um relatório sobre o estado da Educação no ano imediatamente anterior. O mais recente, apresentado em setembro, diz respeito a 2015. Além de agrupar um vasto conjunto de dados estatísticos sobre a rede escolar, a caracterização da população escolar e o financiamento público da Educação, entre outros, interessa também analisar e interpretar os juízos de valor que o próprio CNE produz sobre esses dados.

Desde logo, importa salientar a opção por análises comparadas que, nuns casos, abarcam os últimos 15 anos e, noutros casos, os últimos 10. Claro que, perante tal opção, os dados referentes aos quatro anos do governo de maioria de direita, que teve o seu término no final de 2015, aparecem diluídos no conjunto de referência.

Constata-se uma diminuição global do número de docentes entre 2006 e 2015, baixando 24,3% no ensino público, ao mesmo tempo que se verifica um envelhecimento acentuado dos docentes em todos os níveis de educação e ensino. O relatório regista também uma atitude maioritariamente positiva dos alunos perante a escola, bem como a sua confiança nos professores.

Publicado antes da divulgação dos últimos resultados PISA, parece que estes já seriam do conhecimento, pelo menos, do presidente do CNE, assim se justificando a sua ousada

afirmação: “arriscamo-nos a dizer que nunca tivemos tão bons alunos como os que têm passado pelas escolas nos últimos anos” (David Justino).

A este respeito, um dos estudos publicados em anexo ao relatório (Projeto aQueduto) debruça-se sobre 12 anos de avaliação internacional, demonstrando que, nesse intervalo, os alunos portugueses foram os que mais progrediram a Matemática e a Ciências.

Estes dados não tornam assim tão surpreendentes os resultados PISA revelados no final de 2016 e que tanta polémica levantaram – até Nuno Crato interrompeu o período de hibernação para vir reclamar méritos das suas políticas na obtenção destes resultados, esquecendo-se, com o maior despudor, que os resultados agora divulgados correspondem a períodos anteriores à sua introdução de exames finais a partir do 4º ano de escolaridade...

Da mesma forma que a direita perdeu mais uma oportunidade de não ser demagógica, também igualmente se esboroou a teoria do facilitismo que ela mesma tinha agitado para lançar as políticas profundamente reacionárias que prevaleceram nos anos 2011 a 2015.

Mesmo sabendo que os resultados PISA estão muito longe de poderem servir de barómetro para se aferir da qualidade dos sistemas educativos, apenas tentando normalizar as políticas educativas (sempre neo-

liberais) praticadas nos países englobados nesses estudos, não deixa de ser significativo que os resultados portugueses estejam bem longe de envergonhar o sistema educativo português, antes demonstrando a qualidade e o empenho dos professores, apesar de tão maltratados por sucessivos governos.

Voltando ao Relatório Estado da Educação em Portugal – 2015, é de salientar, também, uma melhoria do desempenho das nossas escolas, com uma progressão mais acentuada nas que estão localizadas em meios mais desfavorecidos, diminuindo a diferença entre as de maior e menor rendimento, muito por acréscimo dos resultados destas últimas.

Que o retomar da paixão pela Educação que o atual primeiro-ministro anunciou na sua mensagem de Natal seja consequente e assente em práticas que a traduzam no terreno, é o desejo partilhado por todos, alunos, pais e professores. E que tal começar por trazer de novo a gestão democrática para as escolas?

Abel Macedo

Direcção SPN

OE PARA A EDUCAÇÃO É CLARAMENTE INSUFICIENTE

A defesa e a valorização dos serviços públicos e das funções sociais do Estado, devem constituir a principal preocupação de todos nós. O OE2017 não pode nem deve ser encarado com um impedimento às justas reivindicações.

A Lei do Orçamento do Estado (OE2017), aprovada no Parlamento a 29 de novembro, foi promulgada de forma imediata pelo Presidente da República (21 de dezembro), por considerar que traduz "uma preocupação de rigor financeiro" e constitui "um compromisso nacional".

Apesar de confirmar alguns avanços constantes do Orçamento do Estado para 2016, tais como a reposição dos salários para os trabalhadores da Administração Pública e a reposição dos complementos de reforma, o OE2017 é claramente insuficiente no que respeita à Educação e, como tal, não irá permitir a resolução dos principais problemas, alguns deles claramente inadiáveis, que afetam os professores e as escolas, tendo sido objeto de uma petição entregue na Assembleia da República, no dia 10 de novembro, com o intuito (não conseguido) de dar resposta a quatro aspetos fundamentais: descongelamento das carreiras; aprovação de um regime especial de aposentação para os professores; vinculação dos docentes contratados e melhoria das condições de trabalho, em especial dos sufocantes horários de trabalho.

Faz todo o sentido recordar que a Federação Nacional dos Professores (Fenprof) entregou ao Ministério da Educação e aos grupos parlamentares, ainda antes do início dos trabalhos para a elaboração do OE2017, um conjunto de dez propostas a contemplar e que, no essencial, não foram atendidas. O OE2017 tem falhas e limitações, em grande parte resultantes das "pressões externas". A atitude de subserviência do nosso governo ao Tratado Orçamental é disso um exemplo claro. Com efeito, o Orçamento continua longe, muito longe do que é desejável. Se, como se viu, apresenta medidas positivas, a

verdade é que a fragilidade do nosso tecido económico e social, caracterizado por uma taxa de desemprego estrutural acima dos 10% e com prestações sociais claramente insuficientes no quadro de uma economia terciarizada e muito dependente de atividades sazonais (caso do turismo), pode voltar a atirar para o desemprego muitos do que a ele têm escapado.

Refletir e mobilizar. "Portugal, mesmo num contexto de um crescimento insuficiente e mesmo com um governo apostado nas insanas metas do défice impostas pela União Europeia, conseguiu equilibrar as contas públicas o suficiente para gerar um saldo primário (sem juros) de cerca de três mil milhões de euros em 2016, e de cinco mil milhões de euros em 2017. Note-se que este saldo não chega, ainda assim para cobrir os juros de uma dívida pública que não para de aumentar em valores brutos, mesmo que se preveja para 2017 uma ligeira redução em rácio do produto interno bruto (PIB) para 128,3%. Há aqui uma escolha a fazer: pode o país continuar a condenar grande parte da sua população à pobreza, ao desemprego e aos baixos salários e pensões, apenas para tranquilizar a União Europeia quanto à determinação de cumprir o défice e pagar a dívida insustentável?" (Sandra Monteiro, *Le Monde Diplomatique*, Edição Portuguesa, novembro 2016)

É neste contexto, com Portugal a entregar parte substancial das suas receitas aos credores financeiros da dívida pública, participando assim no processo de transferência de rendimentos do trabalho para o capital, que devemos colocar em debate público a "necessidade da reestruturação da dívida". É também neste contexto que os sindicatos

são chamados a enfrentar os desafios que hoje se lhes apresentam, esperando-se uma atitude clara em defesa de quem trabalha e cria riqueza. Sendo muitas as pressões, internas e externas, que procuram manter o nosso país com o garrote da dívida, urge manter e ampliar o debate sobre o que ela implica.

"Temos de refletir e mobilizar a sociedade para uma perceção sobre o que é a dívida, como nos limita e como se pode resolver o problema, ou seja, como utilizamos os nossos recursos, as nossas capacidades, sem pensarmos que, agora, nos vamos desenvolver à margem da União Europeia ou do que se passa no Mundo" (Manuel Carvalho da Silva).

A defesa e a valorização dos serviços públicos e das funções sociais do Estado, dotando a Escola Pública, o Serviço Nacional de Saúde e a Segurança Social de meios financeiros, técnicos e humanos adequados à melhoria das funções prestadas, consolidando e alargando o setor empresarial do Estado, enquanto elemento central de uma estratégia de desenvolvimento do país, defendendo e salvaguardando os direitos dos trabalhadores das empresas públicas e alargando a proteção social a quem dela necessita, devem constituir a principal preocupação de todos nós e, por isso mesmo, o OE2017 não pode nem deve ser encarado com um impedimento às nossas justas reivindicações.

Henrique Borges
Direção SPN

OLHEMOS PARA O FUTURO

“Os conflitos tornaram-se mais complexos e mais interligados do que antes. Foram feitas violações horríveis dos Direitos Humanos e as pessoas foram obrigadas a fugir. (...) Os últimos 20 anos testemunharam um crescimento. Muitos indicadores sociais melhoraram, mas continuou a haver desigualdades e muitas pessoas foram deixadas para trás.”

António Guterres, ao prestar juramento perante a Assembleia-Geral das Nações Unidas

Escrever este texto nos últimos dias do ano e não utilizar a palavra balanço, eis o desafio inicial. Com efeito, é difícil fugir à tentação de sumarizar o ano que agora finda, lembrar os sucessos e os insucessos, as lides travadas e vencidas que nos fazem acreditar ter a capacidade de mudar o Mundo por um instante e os fracassos que nos levam a colocar tudo em crise. Creio que é mais do que cultural, é da natureza humana esta tentação anual. Isto e a tendência contemporânea de fazer um top 10 ou 20, de colocar tudo numa pirâmide perfeita e poder afirmar que os melhores de 2016 foram... Que melhor forma de vencer este desafio do que não pensar muito no ano que se apressa em terminar? Em alternativa, olhem para o futuro.

2017 está a chegar, as notícias e projeções de crescimento teimam em contrariar-se a cada dia e consoante o locutor, traçam-se metas e afirmam-se princípios que serão seguramente perseguidos. O resultado, esse só será conhecido lá para os finais do ano que vai principiar. É o fluxo do tempo, olhar para trás com a inevitável nostalgia e projetar com redobrado entusiasmo o que aí vem. A cada 365 dias é o exercício coletivo mais plagiado.

Que faremos nós neste espaço de escrita? O mesmo, se não vejamos: 2017 será um ano de continuidade na luta pela reposição dos direitos que consideramos terem sido surripiados aos trabalhadores. Logrado o objetivo urgente de estancar a violação de tudo quanto foi justamente adquirido em nome de não sabemos bem o quê, é altura de procurar repor e conquistar.

Mudar e reparar. No nosso singelo contributo, o Contencioso do Sindicato dos Professores do Norte (SPN) prosseguirá na tentativa de acautelar que o Estado não continue a utilizar a contratação a termo como regra, fugindo às responsabilidades como uma pessoa de bem jamais faria. Permaneço sem compreender as razões pelas quais o Estado português impõe limites mais apertados à contratação a termo por entidades empregadoras particulares face à permissividade assumida quando é o Estado que surge ele próprio como empregador.

Não se trata apenas da violação do Direito Comunitário e dos princípios da unicidade, coerência e completude do ordenamento jurídico, mas também da ignorância e precariedade a que são conduzidos milhares de núcleos familiares que tiveram a fortuna de integrar uma mãe ou pai docentes.

No dia em que escrevo, falei com uma professora com largos anos de experiência, sempre contratada a termo resolutivo, a lecionar a 300 km da sua residência, acompanhada por uma filha de 18 meses, sem qualquer suporte familiar ou de proximidade, arcando com todas as responsabilidades parentais e profissionais sem qualquer apoio,

com os custos pessoais, familiares e sociais que são inerentes, com o prejuízo evidente e inevitável dos seus alunos e colegas. Até quando perdurará um modelo de contratação manifestamente abusivo, que trata como residuais necessidades mais do que permanentes (a expressão certa seria 'necessidades prementes')?

Não sabemos, mas faremos tudo quanto pudermos e soubermos para reparar o maior número de situações que nos seja possível. Nesta matéria, não se procura apenas repor a legalidade ou defender os interesses e direitos legalmente protegidos dos nossos associados; trata-se de prosseguir o que é justo, humano e equilibrado, de identificar os defeitos de um modelo laboral desadequado e procurar contribuir, mudar e reparar dentro das nossas parcas possibilidades.

Voltar à Constituição. Além desta, existe igualmente a pretensão de fazer cessar a famigerada proibição de valorizações remuneratórias, chavão que esconde o roubo do horizonte mais do que devido a qualquer trabalhador, o da sua progressão como corolário do seu empenho e dedicação, da sua qualidade e antiguidade. Após anos de urgência constitucional que permitiu a validação de medidas que os próprios magistrados reputaram como ilegais (são vários os exemplos que permitem ilustrar esta afirmação nas muitas decisões jurisdicionais públicas sobre esta temática), é tempo de repor a normalidade legislativa e de voltarmos a respeitar a Constituição pelo seu conteúdo.

Não ignoro que à interpretação e à teoria constitucionais é inerente o contexto histórico, mas esta consideração não nos pode levar a ignorar a *ratio legis*, a razão de ser da Lei, sob pena de ignorarmos a razão social dessa mesma Lei. Também neste âmbito tentaremos ter uma palavra a contribuir para a recuperação do respeito pelo Direito e pela Constituição.

Se a estes temas, que identifico como prioridades pessoais na forma como encaro a função social de um operador judiciário, somarmos a dignidade de todas as questões que individualmente se nos colocam, facilmente constatamos que a jornada não vai ser fácil e que o ano que se avizinha trará desafios difíceis, mas seguramente animadores e aglutinadores dos esforços de todos os que colaboram com o SPN e os seus objetivos.

Aqui chegado, com algum regozijo por não ter cedido à tentação de olhar para trás, julgo merecida uma breve exceção para sugerir a audição de um dos melhores discos da colheita de 2016, em português: «Capitão Fausto Têm os Dias Contados», dos Capitão Fausto. Boas músicas para o ano que se avizinha!

José Miguel Pinho

Jurista SPN

TEATRO NACIONAL SÃO JOÃO

ANTES QUE MATEM OS ELEFANTES.

O título coloca em relação ideias de extinção, sobrevivência, bestialidade, urgência; sugere a iminência de uma catástrofe, mas também a possibilidade de lhe oferecer resistência. A coreógrafa Olga Roriz coloca em cena uma tragédia contemporânea: a cidade martirizada de Alepo. Num apartamento em ruínas, por entre cobertores rasgados e colchões sujos, sete bailarinos vão compondo cenas de uma humanidade em decomposição, resistindo a uma ameaça que lhes é imposta do exterior.

[26-28.jan]

A NOITE DA IGUANA.

Um hotel rústico e boémio, uma iguana atada pelo pescoço, um conjunto de personagens que carregam, com sarcasmo e com ternura, os seus paraísos perdidos e os seus infernos, à procura de uma "casa" possível, como se fosse possível chegar inteiro ao fim de uma viagem "que as pessoas assombradas e deprimidas se veem forçadas a fazer pelo lado obscuro da sua natureza". É uma peça (direção de Jorge Silva Melo) sobre "como viver para lá do desespero", segundo Tennessee Williams. Estreada em 1961, foi o seu último sucesso de crítica e bilheteira.

[09-26.fev]

VERANEANTES.

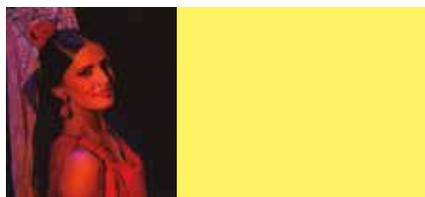
A certa altura, Kaleria deixa cair uma frase que chega à plateia como um desabafo ouvido ao parceiro do lado: "Não conhecemos ninguém que seja feliz."

Está-se no início do século, numa tarde de verão, num lugar incerto onde quatro famílias costumam passar férias.

O clima social e político que espreita estes veraneantes cria condições para que do torpor do lazer irrompa uma tempestade de aborrecimento, frustração, medo e ciúme. De um início aparentemente normal a um fim abrupto, *Veraneantes* (Maksim Gorki, encenação de Nuno Cardoso) pinta um quadro rasteiro das aspirações humanas.

[09-18.mar]

COLISEU DO PORTO



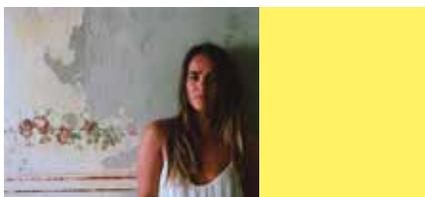
26.JAN CARMEN

Desenhado pelo Ballet Flamenco de Madrid, este *Carmen* retoma, em linguagem contemporânea, a história da sevilhana que se apaixona por Don José e, mais tarde, pelo toureiro Escamillo, levando o cabo do exército à loucura.



11.FEV GNR

Os GNR encerram no Porto a digressão comemorativa de 35 anos de carreira. Participam Javier Andreu (vocalista dos La Frontera, que partilha «Sangue Oculto» com Rui Reininho), Isabel Silvestre (Cantares de Manhouce) e Rita Redshoes.



31.MAR GISELA JOÃO

Gisela João editou recentemente um aguardado segundo disco, que vai 'mostrar' no Coliseu. «Nua» dá voz a poetas da atualidade e a temas clássicos e tradicionais. E mostra que, venha de onde vier, a música na voz de Gisela é fado.

CASA DA MÚSICA



24.JAN ALCEU VALENÇA

O músico brasileiro está de regresso ao Porto, para um concerto em que revisita músicas de três dos seus discos editados nos anos 1970 («Molhado de Suor», «Vivo», «Espelho Cristalino»), incluindo temas de intervenção que mantêm um vigoroso caráter transgressor e visionário.



25.FEV BRAD MEHLDAU

Um dos nomes mais consensuais do jazz contemporâneo, Brad Mehldau regressa a Portugal em trio. Soberbo na sua técnica, o pianista norte-americano transforma *standards* de jazz em fugas bachianas e êxitos de em brilhantes composições de jazz.



18.MAR UTE LEMPER

Depois do êxito de *Last Tango in Berlin* (2015), a cantora alemã regressa para apresentar um novo espetáculo (*Songs From The Heart*), com canções originais e versões de Nick Cave e Tom Waits, entre outros. Ute Lemper notabilizou-se pela interpretação de canções de *cabaret*, obras de Kurt Weill e Bertolt Brecht e da *chanson* francesa.

Sophia e Camões

no Palácio do Bolhão

Emblemático da literatura infantojuvenil portuguesa, **A Fada Oriana** é uma viagem iniciática que se desenrola em torno da construção do ser e dos valores fundamentais do indivíduo, enquadrada por um ambiente mágico que valoriza a dimensão ecológica.

Referência fundamental da escrita contemporânea, Sophia de Mello Breyner é o ponto de partida para um espetáculo dirigido pela encenadora/coreógrafa Joana Providência. Com uma forte componente visual, o espetáculo articula o trabalho predominantemente físico dos intérpretes (Beatriz Frutuoso, Joana Mont'Alverne, Mafalda Correia e Sandra Salomé) com um conjunto de recursos teatrais que incluem manipulação de marionetas (Cristóvão Neto, Susete Rebelo e Filipe Mendes), vídeo e sombras.

11-25.FEV: 2ª a 5ª feira, 10h30 e 15h00; sábado, às 16h00 — reservas obrigatórias

Luís de Camões em cena, refletindo sobre o que foi o processo de escrita da epopeia sobre o nosso país: está em palco acompanhado pelas suas personagens, que falam com ele, lhe contam a sua história e lhe lembram o que viveram.

A diferença entre qualquer português e este é que ele colocou o que via na sua cabeça, ouvia nos seus sonhos e tinha vivenciado durante os seus anos de vida numa obra-prima. Este é o ponto de partida para **Os Lusíadas**, com encenação de Beatriz Frutuoso e Mafalda Correia, que também interpretam, ao lado de Catarina Gomes, Manuel Nabais e Pedro Couto.

20-31.MAR: 2ª a 6ª feira, 10h30 e 15h00; sábado, às 21h30 — reservas obrigatórias

O Serviço Educativo da ACE-Teatro do Bolhão tem desafiado jovens companhias profissionais a criarem espetáculos a partir das obras literárias lecionadas nas escolas. Com estes projetos, pretende-se que as palavras ultrapassem a dimensão escrita e possam ser ouvidas e materializadas numa apresentação teatral. São ágeis exercícios teatrais que fácil e rapidamente se podem implantar nas salas de aula ou noutros espaços escolares disponíveis, sem quaisquer pré-requisitos técnicos.

Como dizem, é "Teatro Portátil que levamos na mochila". Por exemplo, *A Farsa de Inês Pereira*, o *Auto da Índia* e o *Auto da Barca do Inferno* (Gil Vicente); *Bichos* (Miguel Torga, coordenação de António Júlio, companhia Precipício); *Não Sei o que Amanhã Trará* (Fernando Pessoa, coordenação de Zeferino Mota, companhia Bisturi), *Poemas de Pé para a Mão* (Regina Guimarães, direção de Joana Providência) e *O Limpa Palavras... E Outros Poemas* (Álvaro Magalhães, direção de Beatriz Frutuoso).

Marcações: producao@ace-tb.com / 917 939 020
Academia Contemporânea do Espetáculo - Teatro do Bolhão
Rua Formosa, 342/346 – Porto 222 089 007 / 917 939 020



TAXA PAGA
PORTUGAL
CONTRATO 119214



PUBLICAÇÕES
PERIÓDICAS

AUTORIZADO A CIRCULAR
EM INVÓLUCRO FECHADO
DE PLÁSTICO
DEO1822015CE
PODE ABRIR-SE PARA
VERIFICAÇÃO POSTAL

nesta edição

- a abrir
02. **Manifesto pela democracia nas escolas**
- editorial
03. **Fazer a hora**
- ação sindical
05. **Revisão do regime de concursos e vinculação de docentes**
08. **Uma escola verdadeiramente inclusiva exige mais ...**
09. **Educadores e professores exigem "mudanças efectivas"**
Aposentados em 2015 e 2016: revalorização das pensões anuais
- destaque
10. **Só numa escola democrática se aprende a democracia e a cidadania**
12. **Gestão das escolas: é urgente mudar, é urgente retroceder**
Da gestão democrática ao atual modelo de gestão ¶ CG, o ilustre desconhecido ¶
Figura do diretor traduz "fulanocracia" ¶ Conselho pedagógico, departamentos e
direção de turma ¶ Gestão democrática, princípios e "qualidade" dos candidatos ¶
Descentralização, autarquias e autonomia das escolas
17. **A palavra a quem dirige**
- em foco
18. **Alexandre Herculano: uma escola em risco**
20. **Manuel Lima: "A escola precisa de uma intervenção de fundo"**
- notícias spn
22. **SPN aposta na formação contínua**
23. **Plano de atividades 2017**
Parecer do CFJ
- nacional
27. **O estado da educação**
28. **OE para a educação é claramente insuficiente**
- contencioso
29. **Olhemos para o futuro**
- apostas spn
30. **Teatro Nacional S. João ¶ Coliseu ¶ Casa da Música**
- a fechar
31. **Sophia e Camões no Palácio do Bolhão**



**O SPN desja a todos os educadores,
professores e investigadores um
2017 de renovadas esperanças!**

spni
informação

publicação trimestral
distribuição gratuita aos sócios
do sindicato dos professores
do norte
[não sócios: 2 euros]

DIRETORA
MANUELA MENDONÇA

ano XXXI - II série - nº 72
out • nov • dez 2016
spninfo@spn.pt